



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA E
MEIO AMBIENTE

PECCA

GABRIEL ENGRACIA DE OLIVEIRA BERTRAN

**Conservação Ambiental e Turismo: Análise e Proposta de Planejamento / Gestão
para São Luiz do Purunã, PR**

Curitiba, 2011

Trabalho apresentado para obtenção do título
de Especialista no curso de Pós-Graduação em
Economia e Meio Ambiente do Programa de
Educação Continuada do Setor de Ciências
Agrárias, Universidade Federal do Paraná.
Orientador: Prof. Dr. Francisco de Assis Mendonça

AGRADECIMENTOS

Ao orientador Francisco de Assis Mendonça.

Aos meus pais, Renato e Sonia, minhas irmãs Renata e Mariana e a minha mulher Susana pelo grande e importante apoio de todos, sempre.

Ao historiador Carlos Roberto Solera, coordenador do Projeto Tropeiro Brasil, pela inspiração e importantes informações sobre São Luiz do Purunã.

Ao professor e cancionista Silvestre Alves, pelas importantes informações sobre o tropeirismo no Brasil.

Ao sr. Casto Pereira, proprietário da Pousada Parque São Luiz do Purunã, por tantas informações acerca do turismo na região.

Ao historiador Henrique “Vitamina” Schmidlin, pelas informações sobre gestão dos parques no Paraná e muitas outras.

Ao colega de curso Roberto José de Brito, também estudioso de São Luiz do Purunã, pelo apoio e colaboração nos dados deste trabalho.

EPÍGRAFE

(...) a cidade é uma construção no espaço, (...) uma construção em grande escala, algo apenas perceptível no decurso de longos períodos de tempo. O design de uma cidade é, assim, uma arte temporal. (LYNCH, 1960, p.11)

A cidade não é apenas um objeto perceptível (...), mas é o produto de muitos construtores que constantemente modificam a estrutura por razões particulares (LYNCH, 1960, p.12)

SUMÁRIO

Resumo.....	viii
1. Introdução	1
2. Objetivos	2
3. Metodologia	3
4. Revisão Bibliográfica	5
4.1 Contexto geográfico, histórico e populacional.....	5
4.1.1 Características geomorfológicas de São Luiz do Purunã	5
4.1.2 Características econômicas e populacionais do distrito e do município	6
4.1.3 Marco legislativo municipal de proteção ao patrimônio do distrito de São Luiz do Purunã.....	8
4.1.4 Contexto em relação ao Paraná – a problemática da extinção das matas com araucárias.....	10
4.2 Contexto histórico e atual	11
4.3 Análise local sob aspectos turísticos e de planejamento urbano	14
4.3.1 Território e turismo à luz da sustentabilidade : a importância da legibilidade.....	14
4.3.2 Considerações sobre a imagem da paisagem.....	18
4.3.3 Considerações sobre a forma urbana.....	19
5. Estrutura turística atual de São Luiz do Purunã:breve diagnóstico	20
6. Planejamento territorial integrado ao turístico : propostas	30
6.1 Propostas de melhoria da performance urbana sustentável do distrito visando incremento do turismo e da economia	30
6.2 Detalhamento dos principais planos para melhoria de desempenho ambiental do distrito	33
6.3 Outros programas adicionais.....	49
7. Previsão de investimentos	49
7.1 Faturamento dos empreendimentos	52
7.1.1 Faturamento no primeiro ano	53
7.1.2 Faturamento no segundo ano	53
7.1.3 Análise de “pay back”	53
8. Formulação de políticas públicas	54
8.1 Lei de Uso e Ocupação Sustentáveis do Solo em São Luiz do Purunã	55
8.2 Código Ambiental de São Luiz do Purunã	55
8.3 Código de Turismo Rural e Ambiental de São Luiz do Purunã	56
8.4 Governança	56
9. Discussão de resultados	57
9.1 Melhorar a infraestrutura local sem comprometer a preservação ambiental.....	57
9.2 Melhorar a forma da região ser reconhecida tanto por seus habitantes quanto pelos turistas, valorizando a cultura e o patrimônio locais	58
9.3 Aumentar o fluxo turístico, gerando renda à população, mas sem esgotar a capacidade de absorção deste fluxo nem danificar o meio ambiente local.....	59
9.4 Incentivar a preservação ambiental, via valoração dos ativos ambientais	59
9.5 Direcionar a possível expansão urbana em bases sustentáveis.....	60

9.6 Preservar os recursos hídricos	60
9.7 Expandir a educação ambiental para toda a população, tornando-a guardiã do meio ambiente.....	60
10. Conclusão	61
11. Referências	63

LISTAS

Figura 1 - Mapa Regional, englobando a Região Metropolitana de Curitiba.....	4
Figura 2 - São Luiz do Purunã-Paisagem rochosa típica nos campos.....	4
Figura 3 - Mapa: São Luiz do Purunã – Sede do distrito e arredores.....	6
Figura 4-São Luiz do Purunã:Cartograma com informações turísticas.....	21
Figura 5-São Luiz do Purunã:Situação do portal	22
Figura 6 - São Luiz do Purunã:Aspecto degradado da placa com mapa de informações turísticas	22
Figura 7-São Luiz do Purunã, igreja matriz, situação em 2007.....	23
Figura 8-São Luiz do Purunã, igreja matriz, situação em 2011.....	23
Figura 9-São Luiz do Purunã, Casa de Cultura e Casa do Chocolate em 2007...	24
Figura 10-São Luiz do Purunã, Casa de Cultura e Casa do Chocolate em 2011.	24
Figura 11 - São Luiz do Purunã:casa tropeira típica que funcionou como café colonial, situação em 2007	25
Figura 12 - São Luiz do Purunã:casa tropeira típica que funcionou como café colonial, situação em 2011	25
Figura 13 - São Luiz do Purunã:casarão que remonta ao período colonial brasileiro, situação em 2007	25
Figura 14 - São Luiz do Purunã:casarão que remonta ao período colonial brasileiro, situação em 2011	25
Figura 15-Luiz do Purunã: espaço gastronômico totalmente fechado	26
Figura 16-Luiz do Purunã: Lago totalmente fechado	26

Figura 17-São Luiz do Purunã-aspectos da Casa do Artesanato, mantida por moradores, na Estrada da Faxina.....	27
Figura 18-São Luiz do Purunã-aspectos da Casa do Artesanato, mantida por moradores, na Estrada da Faxina.....	27
Figura 19-São Luiz do Purunã:aspectos da área rural	27
Figura 20-São Luiz do Purunã:aspectos da área rural	27
Figura 21-São Luiz do Purunã: aspectos de pousadas rurais	28
Figura 22-São Luiz do Purunã: aspectos de pousadas rurais	28
Figura 23-São Luiz do Purunã: cavalgadas turísticas	28
Figura 24-São Luiz do Purunã : criação de equinos	28
Figura 25-São Luiz do Purunã: cartograma dos Setores de Intervenção e Preservação no núcleo urbano	34
Figura 26-São Luiz do Purunã: perspectiva ilustrativa das principais intervenções no núcleo urbano	36
Figura 27-São Luiz do Purunã: cartograma de detalhamento das principais intervenções no núcleo urbano	39
Figura 28 - São Luiz do Purunã – Ilustração – Proposta novo portal	40
Figuras 29 e 30 - Sugestões de tipo de pavimentação ecológica e paisagismo nas novas ruas	48
Quadro 1 - Previsão de Investimentos	50

RESUMO

O presente estudo fomenta a discussão sobre modelos de ocupação e gestão urbana em um núcleo turístico localizado nos Campos Gerais do Paraná, chamado São Luiz do Purunã, pertencente ao município de Balsa Nova, histórico pouso de tropas durante a colonização do Brasil até o século XIX e que possui belezas naturais inigualáveis. Ao mesmo tempo que carece de uma maior vitalidade econômica, valorizando seus atrativos naturais e sua história para atrair mais turistas, São Luiz precisa prevenir-se da degradação que um sucesso repentino possa causar ao local. Ampliar suas atividades econômicas sem agredir o meio ambiente: este é o desafio neste pólo turístico, que pode servir de laboratório para muitas outras localidades semelhantes.

ABSTRACT

This study encourages a discussion on models of urban planning and tourist management in a tourist district located in the Campos Gerais of Paraná State, Brazil, called São Luiz do Purunã, which belongs to the municipality of Balsa Nova. Historic landing of troops during the colonization of Brazil until the nineteenth century, São Luiz has unparalleled natural beauty. While it lacks a greater economic vitality, enhancing its natural attractions and its history to attract more tourists, São Luiz do Purunã needs to prevent itself from the degradation that can be caused by a sudden success. Expand their economic activities without harming the environment: this is the challenge in this tourist hub, which can serve as a laboratory for many other similar places.

1. INTRODUÇÃO

O modo de vida do Homem no Planeta Terra, desde o surgimento da humanidade até os dias de hoje, teve como principal característica a autodestruição. Nos primórdios da humanidade iniciava-se, de forma inconsciente, a luta pela sobrevivência baseada na utilização dos recursos naturais. O impacto só se fez aumentar ao longo dos séculos, até chegarmos à sociedade industrial, quando passamos a consumir recursos de forma assustadoramente rápida. Nós não apenas não aprendemos que tal esgotamento de recursos naturais pode levar ao desaparecimento de sociedades, como evidências mostram ter ocorrido em partes da América Central ou na Ilha de Páscoa, por exemplo, como passamos a depredar o planeta em escala global. A norma vigente era que o esgotamento de determinado recurso em uma região levava à sua exploração em outra e assim subsequentemente, deixando para trás os resíduos, como se o Planeta suportasse todo tipo de poluição do ar, das águas, do solo, etc.

Não é o que se comprova hoje. Desde os anos 1970 o movimento ambientalista vem crescendo e, não por acaso, mostrando-se cada vez mais importante. Estudos comprovam que, se todas as nações igualarem seus níveis de produção e consumo ao dos Estados Unidos, nós necessitaremos de cerca de quatro planetas Terra. Como isso é humanamente impossível, é premente que cuidemos do único planeta que temos. Talvez não tenhamos como reverter os amplos processos de degradação do ar, do solo, das águas. Mas ao menos contê-los é possível. E isso deve ocorrer em comunidades de qualquer tamanho. Pensar globalmente, agir localmente é o melhor jeito de atuar.

Todo tipo de atividade humana causa algum impacto. Assim, no turismo e na construção civil não é diferente. São os dois principais temas integrados neste trabalho e aplicados em uma comunidade relativamente pequena. Embora próxima a metrópole de Curitiba, São Luiz do Purunã pode-se dizer que “parou no tempo”. Mas isto, em termos ambientais é ótimo, pois se trata de um local onde o seu desenvolvimento ainda pode ser pensado da forma correta. Por tratar-se de um distrito turístico com grandes atrativos naturais e culturais, é interessante aprender com o erro de outras estâncias que sofreram com o sobreuso, com a saturação e acabaram por perder seus atrativos e, por conseguinte, sua renda. Por isso, pensar o planejamento urbano e turístico dentro de premissas sustentáveis é o jeito

de prevenir desastres futuros. Sabemos que a prevenção é o melhor remédio, mas raramente aplicamos esta máxima à gestão pública.

O trabalho fomenta a discussão sobre sustentabilidade no planejamento territorial, apresentando soluções possíveis neste quesito, para planejar e gerir uma comunidade turística sem esgotá-la, evitando degradar seus recursos ambientais. O motivo do estudo de São Luiz do Purunã é pela indagação que muitos fazem ao reconhecerem o local como um destino turístico com tantas belezas naturais, históricas e arquitetônicas - além de tão bem localizado (cerca de 50 Km de Curitiba) - poder encontrar-se num estado de abandono tão grande, tanto por parte do Poder Público quanto de sua própria população, que parece não se dar conta do potencial de desenvolvimento econômico e humano existente ali.

Esta região pode ser um grande laboratório para a aplicação de conceitos de imagem e rendimento da forma urbana, buscando os perfis de turistas adequados a sua visitação, valorizando a cultura e o ambiente locais. São caminhos que podem ser replicados mundo afora. Valorizando-se o desempenho urbano, valoriza-se a imagem do local, conferindo maior autoestima à população, a qual se sentirá como parte integrante do patrimônio regional, protegendo-o.

O conceito de uma “economia ecológica” ainda não está plenamente consolidado. Mas sem dúvida que pode começar em ações locais como estas propostas.

2. OBJETIVOS

2.1 Geral

Identificar e analisar as atrações ambientais e culturais da região de São Luiz do Purunã, visando melhorar o rendimento urbano e econômico do local, via incremento do turismo de qualidade e do fomento aos negócios ambientalmente sustentáveis.

2.2 Específicos

- Identificar e mapear o patrimônio ambiental, arquitetônico e cultural de São Luiz do Purunã/PR;
- Incentivar a preservação ambiental – especialmente dos recursos hídricos e florestais - via valorização dos ativos ambientais;
- Propor caminhos para a expansão urbana em bases sustentáveis, evitando a especulação imobiliária, a ocupação de áreas de preservação, a saturação do local;

- Indicar melhorias na infraestrutura turística local sem comprometer a preservação ambiental;
- Sugerir estratégias para melhorar a forma da região ser reconhecida por seus habitantes e pelos turistas, valorizando a cultura e o patrimônio locais;
- Apontar estratégias e ações para aumentar o fluxo turístico, gerando renda à população, sem esgotar a capacidade de absorção deste fluxo nem danificar o meio ambiente local;
- Apontar ações visando expandir a educação ambiental para toda a população, tornando-a guardiã do meio ambiente.

3. METODOLOGIA

a) Materiais

- Contextualização da região baseada em informações bibliográficas acerca de sua geografia, história e dados econômicos;
- Visita ao local para verificação do estado atual, conversa com empresários e moradores da região para coleta de dados, captura de imagens, etc.

b) Métodos

- Definição dos perfis psicográficos dos turistas adequados à região, tendo como base as teorias de Stanley Plog citadas por GAZONI et al (2006);
- Análise do assentamento urbano baseada nas teorias sobre dimensões de desempenho da forma urbana, legibilidade e imaginabilidade, tendo como base as teorias de LYNCH (1960, 1984);
- Proposição de intervenções no planejamento urbano do centro do Distrito visando baixo impacto ambiental e alto desempenho das atividades comerciais, turísticas, culturais em toda a região, fomentando a economia com preservação dos patrimônios natural, cultural e arquitetônico.

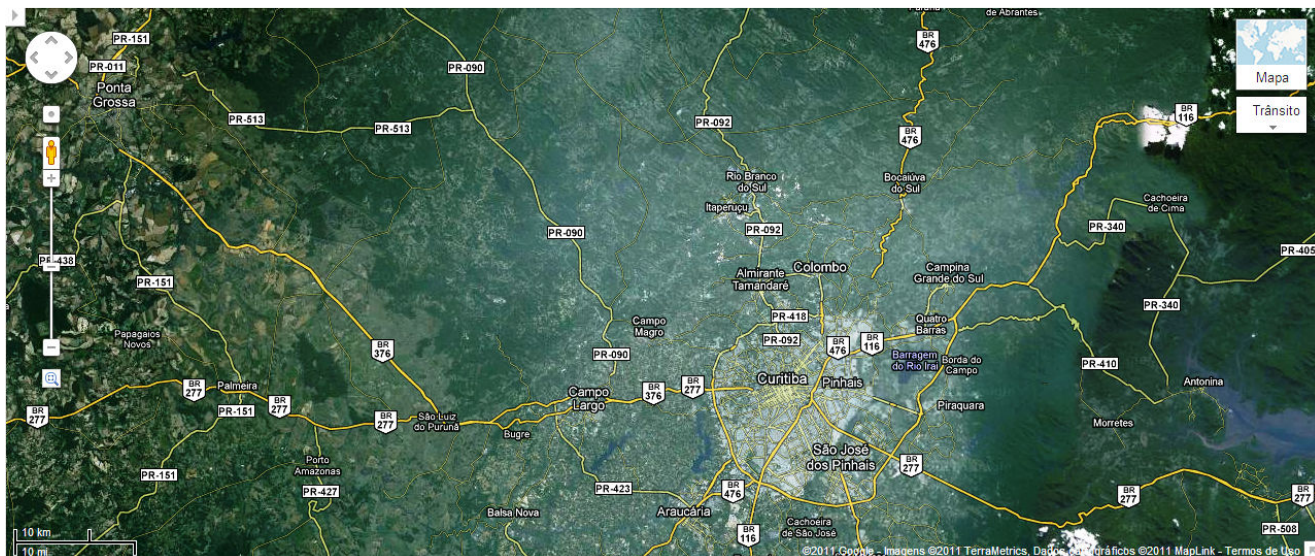


Figura 1-Mapa Regional, englobando a Região Metropolitana de Curitiba – fonte: sítio Google Maps

(<http://maps.google.com>)-acesso em 11/06/2011



Figura 2. São Luiz do Purunã-Paisagem rochosa típica nos campos. Fonte: BERTRAN, 2011

4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O cruzamento dos perfis psicográficos dos turistas, propostos por Stanley Plog e citados por GAZONI *et al* (2006) com as teorias de desempenho da forma urbana propostas por LYNCH (1984) aliadas com às da legibilidade e imaginabilidade, do mesmo autor, fornecem as bases para a valorização ambiental de uma estância turística como a escolhida para o estudo, permitindo que a mesma amplie a renda de sua população sem comprometer a preservação ambiental. Aproveitar experiências bem sucedidas em outras localidades turísticas também é aplicável a São Luiz do Purunã.

4.1 Contexto Geográfico, Histórico e Populacional

4.1.1 Características Geomorfológicas de São Luiz Do Purunã

Localizado dentro do Bioma Mata-Atlântica (incluído trechos de floresta ombrófila mista e campos gerais), o distrito de São Luiz do Purunã, pertencente ao município de Balsa Nova, é cortado por uma elevação abrupta do relevo, denominada escarpa devoniana, definida por LEANDRO *et al* (2003 - DICIONÁRIO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DOS CAMPOS GERAIS – UEPG, constante no *sítio*: www.uepg.br/dicio) a seguir:

A Escarpa Devoniana constitui notável feição geomorfológica que delimita a leste os Campos Gerais do Paraná. Ela tem início no vale do rio Iguaçu, no sul do estado, entre os municípios de Lapa e Campo Largo e estende-se para além do rio Itararé, já no estado de São Paulo, a norte, até as proximidades do município de Itapeva. Esta feição geomorfológica estende-se como uma faixa em forma de arco, com cerca de 260 quilômetros de extensão e desníveis altimétricos usualmente entre 100 e 200 metros, podendo atingir até cerca de 450 metros na região do Canyon do Guartelá. A escarpa devoniana representa um verdadeiro degrau topográfico, com paredes abruptas e verticalizadas, que separa o Primeiro e o Segundo Planalto Paranaense. Este degrau é uma cuesta, originada pela erosão que vem esculpindo o relevo e promovendo o aparecimento de feições tais como morros-testemunhos, abrigos, "fendas" e pequenas cavernas que guardam vestígios arqueológicos. Outras feições encontradas ao longo da escarpa são os canyons dos rios Iapó, Pitangui, Itararé e Iguaçu quando estes, provindos do Primeiro Planalto e dirigindo-se ao Segundo Planalto, atravessam a escarpa em profundas gargantas esculpidas pela erosão. A Escarpa Devoniana tem este nome porque é sustentada pela Formação Furnas, de idade devoniana. Entretanto, a idade da feição geomorfológica é muito mais nova que a idade da rocha que a sustenta, admitindo-se que a escarpa seja cenozóica (menos de 65 milhões de anos). A denominação "Escarpa Devoniana" já é consagrada, mas seria mais correto utilizar-se "Escarpa do Arenito Devoniano".

Ainda segundo LEANDRO *et al* (2003) a expressão "Campos Gerais do Paraná", consagrada por MAACK (1948), define a área da qual São Luiz do Purunã como parte como uma zona fitogeográfica natural, com campos limpos e matas galerias ou capões isolados de floresta ombrófila mista, onde aparece o pinheiro araucária. Nessa definição, a região é ainda limitada à área de ocorrência desta vegetação que a caracteriza situada sobre o **Segundo Planalto Paranaense**, no reverso da já citada Escarpa Devoniana, a qual o separa do Primeiro Planalto, situado a leste. A Escarpa Devoniana é protegida por leis estaduais e também municipais; no caso de Balsa Nova existem dispositivos na Lei nº483/2007 (Plano Diretor do Município), onde é considerada Área de Proteção Ambiental, com uma série de objetivos de preservação.

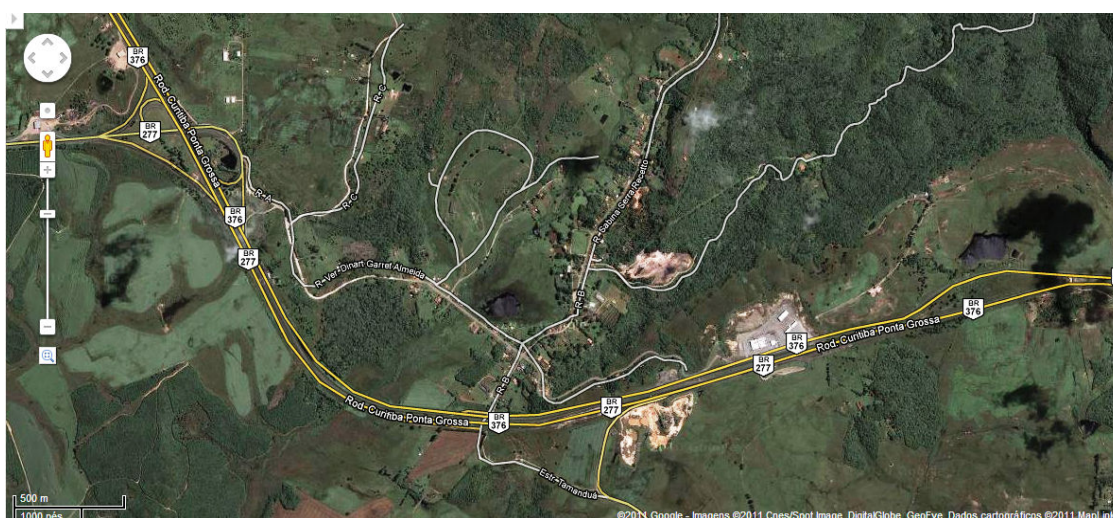


Figura 3 – Mapa: São Luiz do Purunã – Sede do distrito e arredores, com a principal via de acesso, a BR-277. – fonte: sítio Google Maps (<http://maps.google.com>)-acesso em 11/06/2011

4.1.2 Características Econômicas e Popacionais do Distrito e do Município

O município de Balsa Nova, onde encontra-se o pólo turístico de São Luiz do Purunã, possui uma população de 11.300 habitantes (IBGE, 2010), com uma densidade demográfica de 33,18 habitantes por Km² (IPARDES, 2011), devido à sua imensa área territorial de 344,191 km² (IPARDES, 2011), inserida no bioma da mata atlântica (ecorregião da floresta de araucárias) e abrangendo duas macro-regiões do Estado do Paraná: a da região metropolitana de Curitiba e a dos campos gerais. O distrito de São Luiz do Purunã, com cerca de 3.000 habitantes, encontra-se na confluência das duas macro-regiões, sobre a escarpa devoniana, a uma altitude média de 1.200 metros, contra 865m da sede do município de Balsa Nova.

A sede do município de Balsa Nova dista 42 Km da capital, Curitiba e o distrito de

São Luiz do Purunã chega a ser mais de 15 Km distante do centro do município ao qual pertence, tendo características independentes da cidade (e necessidades diferentes, por conseguinte). A área do distrito de São Luiz do Purunã chega a ser mais da metade da área total do município e cerca de 300 famílias vivem nesta micro região, possuindo como principal fonte de renda a atividade rural, seja de criação ou de agricultura familiar e também as atividades ligadas ao turismo, principalmente nas pousadas, com certa sazonalidade.

Considerando o mapa estatístico do IPARDES (2011), para o município de Balsa Nova, o Índice IDH-M oficial é de 0,781 (PNUD/IPEA/FJP, 2000) e o PIB per capita é de R\$ 21.901,30. Apesar do PIB per capita do município ser considerado um dos mais altos do Paraná, ele se deve, principalmete, às receitas geradas pelas principais indústrias instaladas na cidade, como a Cimento Itambé e Refinações de Milho Brasil, fazendo com que o mesmo não seja bem distribuído, pois o município ainda possui uma taxa de pobreza de 21,57% de sua população (IBGE/IPARDES, 2000). O número de empregados no município é estimado em 2.567 pessoas (MTE/IPARDES, 2010), para uma população economicamente ativa de 4.781 pessoas (IBGE/IPARDES, 2000).

Em Balsa Nova 39,2% da população total vive na zona rural (cerca IBGE/IPARDES, 2010). As principais culturas agropecuárias que se destacam no município são milho, soja, cebola, bovinos, galináceos, ovinos, eqüinos suínos (IBGE/IPARDES, 2010).

A situação de acessibilidade à sede do município dá-se através da rodovia PR-510 (de pista única), a partir de Contenda ou Campo Largo. A principal rodovia (BR-277 Curitiba-Ponta Grossa, com pista dupla) pouco beneficia o centro da cidade, porém corta o distrito de São Luiz do Purunã, fazendo com que este tenha acesso facilitado tanto para quem vem de Curitiba quanto do interior do Paraná. A ferrovia não faz paradas na cidade desde 1979. Isso faz com que São Luiz do Purunã seja melhor conectado aos municípios Ponta Grossa e Palmeira do que à própria sede de Balsa Nova. Para que os habitantes de São Luiz do Purunã cheguem até o centro de Balsa Nova é necessário utilizarem-se de um ônibus que vai até a cidade de Campo Largo, partindo de lá, então, o ônibus até seu município-sede. Com isso, o comércio de Campo Largo é beneficiado, em detrimento do de Balsa Nova.

Apenas um posto de saúde atende os 3.000 habitantes do distrito, funcionando somente no período diurno. Casos mais graves precisam que os pacientes sejam transferidos para Campo Largo, através das duas viaturas *Kombi* adaptadas como ambulâncias, que o distrito possui (segundo relato de moradores, geralmente uma delas está quebrada). Não há

farmácia em São Luiz do Purunã. Duas escolas (uma estadual e uma municipal) atendem cerca de 200 crianças até o nível médio.

Parte da população do distrito espalha-se por comunidades rurais distantes da principal rodovia (a BR-277) e do núcleo principal, situado à beira desta. As principais localidades rurais do distrito de São Luiz do Purunã são denominadas “Tamanduá” e “Bugre”.

Apesar de já ter sido habitada pelos caigangues, não há registro atual de população indígena no distrito, nem mesmo quilombolas.

São Luiz do Purunã não têm, ainda, grandes problemas ambientais, apenas alguns casos pontuais de poluição de cursos d’água, devido ao lençol freático ser, em geral, muito alto na região, que possui solo bastante rochoso com afloramentos de água, fazendo com que fossas ou resíduos sólidos rurais e urbanos em decomposição facilmente se infiltrem.

Em relação à situação dos empregos no Distrito, a maior parte da população em idade produtiva do distrito trabalha nas propriedades rurais. Não há dados oficiais sobre o Distrito pelo fato dos institutos de pesquisa considerarem o município como um todo. Os proprietários de pousadas empregam parte dos moradores locais, porém reclamam da falta de qualificação e de compromisso por parte deles, o que faz com que haja grande rotatividade nos estabelecimentos turísticos, segundo informações de alguns empresários do turismo locais. Parte deste contingente está sendo, também, empregado pela principal concessionária de rodovias da região, que é a CCR-Rodonorte (que administra a BR-277 e BR-376, que cortam a região), em serviços que vão da manutenção rodoviária às praças de cobrança de pedágio.

4.1.3 Marco Legislativo Municipal De Proteção ao Patrimônio do Distrito de São Luiz Do Purunã

Do ponto de vista legislativo, segundo o Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo do Município de Balsa Nova (Lei nº 489 de 29 de outubro de 2007), em seu Art. 6º determina : “As áreas das Zonas de Interesse Histórico e Paisagístico coincidem com os limites dos Perímetros Urbanos do Bugre e de São Luis do Purunã (...)”.

Já na lei que institui o Plano Diretor do Município de Balsa Nova (Lei nº 483, de 29 de Novembro de 2007) existem dispositivos de proteção ao distrito de São Luiz do Purunã, em seu Artigo 24 , transcrito abaixo:

Art. 24 - São diretrizes para a política municipal de patrimônio cultural;
 I - Desenvolver ações para tornar reconhecimento pelos cidadãos, e apropriado pela sociedade, o valor cultural do patrimônio;
 II - Garantir a preservação e a valorização do patrimônio cultural do município através do estabelecimento de ações articuladas entre o Município, Estado e União;
 III - Desenvolver o potencial turístico da região de São Luis do Purunã e do Tamanduá, de forma sustentável, com base no seu patrimônio cultural e natural.

Importante destacar também alguns dispositivos da Política de Meio Ambiente do Município, constantes na mesma Lei nº483/2007, que protegem aspectos importantes da paisagem natural existentes no distrito de São Luiz do Purunã, bem como incentivam os turismo rural e ecológico:

Art. 19 - São diretrizes da política de meio ambiente municipal:
 (...)

 III - Considerar a paisagem e os elementos naturais como referências para a estruturação do território;
 (...)

 XVI - Recompor e preservar as matas ciliares e núcleos ciliares e núcleos florestais integrando-os na forma de corredores migratórios;
 XVII - Adequar às propriedades rurais ao SISLEG (Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal e Áreas de Preservação Permanente) e ao CNIR (Cadastro Nacional de Imóveis Rurais);
 XVIII - Desenvolver programas de educação ambiental voltados para a conscientização da população a respeito das limitações e potencialidades do meio ambiente natural, de modo articulado a outras políticas setoriais;
 XIX - Incentivar o turismo rural e ecológico.

No artigo 20 da mesma Lei nº483, que trata da política municipal de desenvolvimento econômico, são previstos também o fomento à atividade do turismo e à agroindústria participativa - atividades com bom potencial de desenvolvimento no distrito de São Luiz.

O território do distrito está parcialmente inserido na Macrozona de Conservação 10, que integra a Escarpa Devoniana, cujo Artigo 31 possui como importantes objetivos, dentre outros:

I - Compatibilizar o uso e a ocupação do solo municipal ao Plano de manejo da APA da Escarpa Devoniana;
 II - Preservação das paisagens naturais remanescentes de Campos Gerais e ecossistemas associados;
 III - Preservação da conectividade de corredores biológicos;
 IV - Proteção de ambientes ripários em cânions;

A mesma Lei 483, em seu artigo 33 coíbe o parcelamento e ocupação irregulares das áreas rurais e em seu artigo 34 apresenta dispositivo de proteção aos mananciais, os quais são abundantes no município. É prevista também, na mesma Lei, a recuperação das matas ciliares. São dispositivos importantes para a manutenção dos recursos naturais presentes na área da municipalidade. Os mesmos demonstram vanguarda legislativa por parte da prefeitura em incluí-los, adequando sua legislação às necessidades preservacionistas atuais. Resta à população ser incentivada a cumprir tais dispositivos.

Os dispositivos do Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001) estão contemplados, também no Plano Diretor de Balsa Nova, destacando-se no Artigo 57 o Direito de Preempção, que pode ser utilizado pelo município para constituir unidades de conservação e para proteger áreas de interesse histórico, cultural e paisagístico. Este dispositivo, que confere ao poder público municipal a preferência para a aquisição de imóvel urbano objeto da alienação onerosa entre particulares, é importantíssimo para preservação de áreas no distrito turístico. A transferência do potencial construtivo, prevista no Art. 67, também pode ser utilizada para a preservação de construções históricas, cujo proprietário ganha o direito de construir acima do permitido em outra área, com a contrapartida de conservar propriedade histórica que possui.

4.1.4 Contexto Em Relação Ao Paraná – A Problemática da Extinção das Matas Com Araucárias

O Estado do Paraná, hoje possui o quinto maior PIB entre as unidades da federação brasileira (R\$ 226.071.000 segundo o IPARDES, 2010), abrigando apenas 5,5% da população do País (10.439.601 habitantes segundo o IBGE, 2010). Apesar de ter uma economia hoje bastante diversificada, liderada pelo Comércio e Serviços com 64,1%, Indústria com 28,2% e Agropecuária com 7,7% (IBGE, IPARDES, 2009), o Paraná deve a maior parte de seu desenvolvimento durante o Século XX à agricultura, que até os anos 1970 ainda era a maior contribuinte da renda do Estado. Ainda hoje o Paraná lidera a produção de grãos no Brasil. No entanto, tal expansão agropecuária veio à custa de uma grande tragédia ambiental: em menos de 100 anos cerca de 80% das florestas paranaenses desapareceram (AMBIENTE BRASIL, 2003). Grande parte destas florestas eram do tipo Ombrófila Mista, conhecida como uma variação do bioma da mata atlântica com a presença predominante da espécie arbórea “*araucária angustifolia*” (“pinheiro do paraná” ou “pinheiro brasileiro”) que já ocupou 49% do território paranaense. Esta conífera de grande porte, hoje em grave perigo de extinção, é considerada um “fóssil vivo”, pertencente a um dos gêneros mais antigos da flora do planeta

(os primeiros registros datam do período jurássico – entre 190 e 150 milhões de anos). Sua madeira tinha grande valor tanto nos mercados nacional e internacional, despertando a cobiça de madeireiros brasileiros e estrangeiros, que a extraíram à exaustão durante o século XX, realizando pouquíssimos planos de manejo sustentável, replantios, etc. O outrora “símbolo do Paraná” está hoje reduzido a cada vez menos áreas. Embora protegida por Leis, a araucária continua a ser explorada clandestinamente, mesmo restando menos de 1% das árvores originais.

4.2 Contexto Histórico e Atual

Limitado geograficamente pelos municípios de Lapa, Campo Largo, Palmeira, Araucária, Porto Amazonas e Contenda, o município de Balsa Nova e seus distritos possuem origem um pouco incerta, que remonta à própria época do descobrimento do Brasil, quando os primeiros indícios de povoação da região ocorreram. Segundo o sítio Encantos de Balsa Nova (disponível em <<http://www.encantosdebalsanova.com.br/>>, acessado em outubro de 2011) a passagem de tropas de portugueses e castelhanos pelos Campos Gerais fixou núcleos esparsos para exploração de erva-mate, madeira e agricultura de subsistência. Por volta de 1680 estabelece-se o primeiro núcleo urbano, no local hoje chamado de Tamanduá, através de doação de sesmarias a proprietários que viviam em São Paulo e Paranaguá. Ainda segundo o mesmo *sítio* (<<http://www.encantosdebalsanova.com.br/>>, acessado em outubro de 2011), em 1709 é construída no local a Capela de Nossa Senhora da Conceição de Tamanduá. Outros núcleos originam-se a sua volta, denominados “Rodeio Grande”, “Lagoão”, “São Luiz”, “Santo Antônio” e “São Caetano”. No núcleo Rodeio Grande, serra abaixo, que era o maior deles, ocorria uma travessia do rio Iguaçu, através de uma balsa puxada por quatro canoas. A instalação de uma nova balsa em 1891 fez com que os moradores passassem a denominar o local como “Balsa Nova”, nome somente adotado oficialmente pela localidade a partir de 12 de maio de 1954. Balsa Nova fazia parte do município de Campo Largo até 25 de janeiro de 1961, quando foi desmembrado e transformado em um novo município. Pode-se dizer, portanto, que a história de Balsa Nova confunde-se com a história de Campo Largo, ao menos até a década de 1960.

A área do polo turístico de São Luiz do Purunã é bastante peculiar, por abrigar paisagens de transição entre o primeiro e o segundo planalto paranaense, conforme já assinalado no Contexto Geomorfológico, no item 4.1.1 acima. A região toda possui vasto patrimônio natural e cultural. No maciço de transição entre os dois planaltos, a Escarpa

Devoniana, possui além de exemplares da flora e fauna de diferentes ecossistemas do Estado (floresta ombrófila mista, campos gerais, etc.), diversas nascentes de água, rios e cânions em suas complexas formações rochosas e, enfim, resquícios da colonização das regiões sul e sudeste de uma maneira geral.

Segundo o *sítio* da internet Caminho das Tropas (2011, disponível em <http://www.caminhodastropas.com.br/?page_id=193>, acessado em outubro de 2011), a região dos Campos Gerais teve sua ocupação e formação de sua população profundamente marcadas pela cultura dos tropeiros, que encontraram em São Luiz do Purunã um importante ponto para pouso das tropas que faziam o trajeto entre São Paulo e o Rio Grande do Sul (caminho Sorocaba-Viamão), devido aos vastos campos, propícios ao pastoreio dos muares das tropas. De certa forma estas tradições ainda são mantidas nas propriedades rurais locais, que contam com criações de equinos, culinária típica servida em seus restaurantes e pousadas e também parte de sua arquitetura preservada, tudo isso aliado a uma natureza relativamente ainda bem conservada, apesar de todo o desmatamento que o Paraná sofreu durante o século XX.

Um projeto turístico idealizado em 1997 e implementado oficialmente a partir de maio de 2003, numa parceria entre a Secretaria de Estado do Turismo, o Sebrae-PR e a Associação dos Municípios dos Campos Gerais (AMCG), denominado “Rota dos Tropeiros”, passa por São Luiz do Purunã. Segundo PIEKARZ (2005, constante no *sítio* <<http://www.geoturismobrasil.com/artigos/TROPEIRISMO.htm>>, acessado em outubro de 2011):

A Rota dos Tropeiros é um roteiro turístico implementado recentemente no Paraná, que envolve dezesseis municípios em seu trajeto. Historicamente este é o caminho de ligação entre os produtores de muares no sul do Brasil e a região sudeste a partir do século XVIII, quando então começou o ciclo do ouro em Minas Gerais. Este caminho é rico em história e muitos municípios apresentam, ainda hoje, as marcas deste período como casarios coloniais e a cultura própria do tropeirismo. Uma importante característica deste caminho é a definição de seu traçado, pois as circunstâncias necessárias para o transporte dos animais (pasto, topografia suave...) foram os fatores que determinaram a passagem pelos chamados Campos Gerais no Paraná. Em outras palavras, o caminho das tropas foi traçado naturalmente, não sendo um produto turístico criado artificialmente.

O turismo equestre, vinculado à já citada “Rota dos Tropeiros”, é amplamente difundido na região, que possui diversos haras, alguns deles localizados junto às pousadas. As cavalgadas que passam por esta rota fazem parte das atrações turísticas da região, reproduzindo, em parte, as rotas por onde passavam as tropas nos séculos anteriores.

Segundo SOLERA *et al* (2010), outro projeto em andamento que busca beneficiar a região também é o Projeto Tropeiro Brasil, encabeçado pelo Núcleo dos Amigos da Terra e da Água – NATA (Brasil) em parceria com a Universidade de Girona – UDG (Espanha), o qual consiste em uma série de atividades culturais e de pesquisas que serão realizadas entre o Brasil e a Espanha sobre o Ciclo do Tropeirismo na História do Brasil, visando perspectivas de crescimento sócio-econômico e cultural da população e a busca obter pela UNESCO a Declaratória do Homem Tropeiro Brasileiro.

Devido à riqueza geológica presente em toda esta área, uma nova modalidade de turismo também está sendo introduzida pelo governo do Paraná nos Campos Gerais, a qual é denominada ‘Geoturismo’. Segundo PIEKARZ (2005, constante no sítio <<http://www.geoturismobrasil.com/artigos/TROPEIRISMO.htm>>, acessado em outubro de 2011):

O projeto Levantamento de Sítios Geológicos e Paleontológicos ao longo da Rota dos Tropeiros foi criado pela Mineropar em 2005 e pretende integrar a esta rota, já estabelecida turisticamente, a informação geológica e geográfica, contribuindo tanto no incremento de produtos turísticos ofertados na região, quanto com o conhecimento da geologia do Estado do Paraná para a comunidade.

Sua localização acima da escarpa devoniana, a falta de ligação direta com a sede municipal, a falta de interesse turístico dos moradores da capital pela região (devido até ao apelo do litoral como principal destino de veraneio), o desinteresse da população pela preservação arquitetônica do local e a ausência de investimentos em gestão turística e divulgação são fatores que levaram São Luiz do Purunã a tornar-se uma comunidade com características próprias, um tanto isolada e desligada do centro urbano de Balsa Nova. Isto pode ter sido benéfico, de certa forma, para manter a cultura do tropeirismo bastante forte entre os habitantes de São Luiz do Purunã. Esta situação acaba servindo, sem dúvida, como atrativo turístico, determinando um local pitoresco, original. Mas o isolamento, ao mesmo tempo, também pode levar esta cultura peculiar a ser destruída pelas novas gerações, seja pela falta de incentivos – como geração de renda por exemplo - para fixarem-se no local, seja pela falta de conhecimento nas áreas de história e meio-ambiente. Por outra visão, um rápido aumento populacional poderia levar a região ao caos ambiental. São questões importantes a serem tratadas aqui.

4.3 Análise Local sob Aspectos Turísticos e de Planejamento Urbano

4.3.1 Território e Turismo à Luz da Sustentabilidade : a Importância da Legibilidade

A atividade turística ainda hoje é difícil de ser definida, porém não podemos negar que ela se liga, diretamente, à questão da sustentabilidade ambiental, mesmo esta tratar-se um conceito relativamente novo. GAZONO *et al* (2006, p. 11) fornece-nos uma definição simplificada:

De modo geral, o turismo pode ser entendido como um fenômeno socioambiental que envolve o deslocamento provisório do homem entre diferentes territórios por motivações diversas, demandando a provisão de instalações e serviços voltados a atendê-los. Tal fenômeno se externaliza de forma material e/ou imaterial sobre os ambientes econômico, sociocultural e ecológico.

Segundo SANTOS (2008), a relação geografia e turismo têm como base o planejamento do turismo e sua importância para as pequenas localidades, procurando demonstrar a necessidade de se obter conhecimentos sistematizados para o planejamento integrado do turismo. O autor enfatiza também que o processo de urbanização crescente, o sistema industrial e pós-industrial da sociedade contemporânea implicaram no aparecimento e no desenvolvimento do lazer como necessidade a ser satisfeita. No momento atual, com a globalização, essa busca desenfreada pelo preenchimento do tempo livre com o lazer é mais visível.

Esta mencionada busca por diversão a qualquer custo, dentro de uma sociedade altamente produtiva e tecnológica, aliada ao caos em que nossas cidades estão mergulhadas, tem levado, nas últimas décadas, a dois fenômenos: à industrialização do turismo no mundo todo e também ao aumento da demanda por espaços naturais por motivo de recreação, aumentando a pressão sobre áreas protegidas, conforme assinalou GAZONI *et al* (2006).

SANTOS (2008) analisa a atividade turística como resposta a uma necessidade de decompressão, resultante da própria dinâmica do sistema da sociedade industrial. O processo de urbanização ao mesmo tempo em que cria a necessidade do lazer, não consegue atender à população. A necessidade da atividade turística aumenta com as sociedades pós-industriais ou pós-modernas. Segundo o autor, a ampliação do tempo livre na sociedade atual é uma das causas do aumento do desenvolvimento do turismo, que se tornou uma verdadeira indústria bilionária no mundo todo.

Essa indústria gerou empreendimentos turísticos implantados de forma padronizada e desvinculada com a cultura e meio ambiente locais (hotéis, resorts, condomínios, etc.). Estas intervenções acabam por não beneficiar plenamente as sociedades locais, além de sobrecarregarem a infraestrutura e os ecossistemas onde são instalados.

Ao mesmo tempo, o rápido incremento do fluxo de turistas ao longo dos anos para determinadas regiões (que não comportam tal volume populacional), traz problemas ambientais imensos - fenômeno facilmente constatado em quase todo o litoral das regiões Sul e Sudeste do Brasil durante o verão ou em regiões serranas de São Paulo e Rio de Janeiro no inverno, para citar alguns exemplos. Os problemas ambientais permanecem durante o ano todo, não se limitando às temporadas. Muitas vezes a população local paga com sua própria vida, quando catástrofes naturais (enchentes, deslizamentos, etc.) acometem suas habitações precárias, geralmente irregularmente construídas em áreas de preservação.

O turismo, portanto, não difere de outras atividades econômicas, em termos de insustentabilidade, como mencionado por GAZONI *et al* (2006, p.11):

O sistema econômico vigente na maior parte dos países destaca-se por, além da própria ineficiência econômica, sua evidente insustentabilidade em relação aos ambientes social e ecológico. Encontramo-nos em um estágio que necessita de imediata atenção. A difícil previsibilidade do comportamento dos sistemas socioambientais torna imperiosa a precaução no uso desses recursos – entretanto, o que se verifica é o constante desrespeito a esse princípio nas diversas atividades humanas, entre elas o turismo.

Neste aspecto, ainda segundo GAZONI *et al* (2006, p.12), citando a teoria proposta por Stanley Plog (1974; 2001), a qual classifica as demandas turísticas segundo perfis psicográficos, o perfil mais nocivo, ambientalmente falando, dentre os turistas é o mesocêntrico, descrito da seguinte forma:

Demandam os lugares da moda, buscam satisfação no outro, diversão é a maior motivação, procuram lugares muito movimentados e com boa infra-estrutura turística, viajam em grandes grupos e possuem uma faixa de renda média. É o maior grupo da população, geralmente responsável pela massificação do turismo nas destinações.

Justamente esta categoria supracitada é a que ocupa a maior parte do litoral brasileiro no verão, para ficarmos em apenas um exemplo. Tais grupos, geralmente, não se preocupam com a cultura e o ambiente locais. Apesar de este turista de perfil mesocêntrico sair em busca, obviamente, de um ambiente diferenciado e menos opressivo do que ele habita a maior parte do tempo, suas atitudes demonstram clara falta de educação ambiental e de cidadania. Isso acaba por degradar este ambiente que deveria servir-lhe como escape, como descanso, tornando-o hostil e esgotado.

Notam-se diversos casos em que o esgotamento ambiental de determinadas cidades turísticas fomenta a procura por novas estâncias por parte dos turistas, repetindo-se o ciclo. No final das contas, nas cidades turísticas são encontrados os mesmos comportamentos e atitudes que geram os conhecidos problemas ambientais e sociais das grandes aglomerações urbanas, mesmo que numa escala menor.

O problema da deficiência em educação ambiental no Brasil, que é bastante amplo e notado principalmente nos turistas de perfil mesocêntrico é assinalado por JACOBI (2003) abaixo:

A reflexão sobre as práticas sociais, em um contexto marcado pela degradação permanente do meio ambiente e do seu ecossistema, envolve uma necessária articulação com a produção de sentidos sobre a educação ambiental.

O mesmo autor ainda cita o documento da Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade, Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade, realizada em Tessalônica (Grécia), o qual chama a atenção para a necessidade de se articularem ações de educação ambiental baseadas nos conceitos de ética e sustentabilidade, identidade cultural e diversidade, mobilização e participação e práticas interdisciplinares.

Esta identidade cultural – que falta a boa parte da população – é fundamental ao turismo e deve passar pela percepção que as pessoas têm dos locais onde habitam ou para onde viajam. Aplica-se aí o conceito de legibilidade, que nada mais do que “A facilidade com que cada uma das partes [da cidade] pode ser reconhecida e organizada em um padrão coerente” (LYNCH, 1960, p.2). Um grande problema a ser enfrentado no planejamento turístico é que grande parte da população atual das grandes cidades possui dificuldades para “ler” ou “reconhecer” os próprios lugares onde vivem e por onde passam diariamente. Segundo (LYNCH, 1960, p.12) “Na maior parte das vezes, a nossa percepção da cidade não é íntegra, mas sim bastante parcial, fragmentária.”. Trata-se de um imenso desafio o de fazer com que os contingentes populacionais dos grandes centros urbanos valorizem locais turísticos ainda culturalmente e ambientalmente preservados, dado o fato de que nem as próprias cidades onde vivem são reconhecidas e valorizadas por eles mesmos, dentro da alta complexidade da vida atual; um tanto rápida, tecnológica, voltada, mormente, a assuntos de ordem financeira e prática.

LYNCH (1960) comenta que muitas vezes os habitantes das grandes cidades só têm consciência de seus feios traços, seu caos, a sujeira de suas ruas e a fumaça dos veículos, porém dificilmente percebem o valor potencial de arredores harmoniosos que possam existir.

Este é o caso da região de São Luiz do Purunã, tão próxima a um grande centro (Curitiba), mas que muitas vezes passa despercebida pelos viajantes que saem da capital em direção aos campos gerais ou ao norte do Paraná. No local onde está situado o Distrito Turístico ocorre uma clara falta de legibilidade, que é a capacidade de sua qualidade visual ser representada, com clareza, para as pessoas numa estrutura coerente. “O que é São Luiz do Purunã?” – é a pergunta que muitos paranaenses fazem. Qualidades naturais e históricas não faltam ao local. É necessário encontrar o que falta, então, para que este distrito, esta região, enfim, tenha seu “lugar” efetivo no mapa do Paraná e no mapa mental das pessoas, sejam elas habitantes ou visitantes da região. É necessário, também, encontrar o modelo de gestão territorial e turística adequados a ele.

Segundo SANTOS (2008, p.5), Quando a atividade turística adentra o urbano, ela reafirma a velocidade e o ambiente deixa de ser amigo e passa a ser hostil. Dessa hostilidade frente ao ambiente é que temos grande parte da nossa atividade turística sendo implantada e desenvolvida. O desafio em São Luiz do Purunã é aumentar o fluxo turístico no local, de forma a gerar renda para a população da mesma. Este incremento, no entanto, não pode criar problemas urbanos que poderiam trazer o caos urbano ao distrito e ao entorno. Manter o aspecto rural e bucólico, valorizando seus atrativos arquitetônicos, culturais e naturais são, então, atributos inerentes a este planejamento. Um dos caminhos é priorizar um fluxo turístico de qualidade, que não seja o de perfil predatório (o já citado tipo mesocêntrico). O perfil alocêntrico é o mais adequado para conciliar desenvolvimento e preservação à região. Dentro da mesma teoria proposta por Stanley Plog (1974; 2001), citada por GAZONI *et al* (2006, p.12), o turista com perfil psicográfico alocêntrico possui as seguintes características:

Demandam um contexto diferente de seu ambiente e sua cultura normal, muitas vezes exóticos, possuem a renda mais alta, são aventureiros, requerem pouca infra-estrutura turística (mas muitas vezes não dispensam sua sofisticação), são autoconfiantes, preferem grupos pequenos, são intelectualmente curiosos, buscam lugares pouco movimentados e estão sempre em busca de conhecer novos destinos. É o menor grupo da população, cerca de 2,5%.

Ainda segundo GAZONI *et al* (2006), de maneira geral, o desenvolvimento turístico de uma destinação inicia-se na valorização social e conseqüente utilização de determinados recursos (naturais ou culturais) presentes e esse processo inicia-se por meio de turistas do perfil alocêntrico. No entanto, à medida que a destinação torna-se conhecida, corre-se o risco do fluxo mesocêntrico substituir o fluxo alocêntrico original, podendo gerar o caos regional. Esta transição muitas vezes ocorre de forma bastante sutil. O desafio do planejamento

turístico é manter o perfil regional alocêntrico, incrementando a renda da população local com sustentabilidade ambiental; ou seja, sem sobrecarregar a infraestrutura local nem aumentar a pressão sobre os recursos naturais.

O próprio perfil do turista alocêntrico subentende que ele possua uma melhor percepção ambiental (legibilidade) do local em que vai visitar e isso pressupõe um maior respeito ao mesmo, gerando, por conseguinte, menor impacto ambiental. Embutida neste perfil está uma maior educação ambiental. Um raciocínio básico é o de preservar para poder voltar sempre. Utilizar sem esgotar. Esta é a base para um correto planejamento turístico e que envolve todo o território. Há que se aumentar este público. Isso só se dará com maior educação ambiental da população em geral.

4.3.2 Considerações Sobre a Imagem da Paisagem

Segundo LYNCH (1960), a identidade e a estrutura da imagem mental são atributos encontrados em qualquer análise com ênfase no meio ambiente. Ao significado deste conjunto damos o nome de *imaginabilidade*, que nada mais é que a qualidade de um objeto físico, o qual lhe dá uma grande probabilidade de evocar uma imagem forte num dado observador.

Para contextualizar as propostas a serem aqui apresentadas recorreremos aos conceitos formulados por LYNCH(1960), em sua obra “A imagem da cidade”. Segundo consta nela, os elementos que as pessoas utilizam para estruturar sua imagem da cidade podem ser agrupados em cinco grandes tipos: caminhos, limites, bairros, pontos nodais e marcos. Seus estudos concluem, também, que esta percepção é feita aos poucos, sendo o tempo um elemento fundamental neste processo. Conforme assinalou (LYNCH, 1960, p.11), “a cidade é uma construção no espaço, (...) uma construção em grande escala, algo apenas perceptível no decurso de longos períodos de tempo. O design de uma cidade é, assim, uma arte temporal.”

Além disso, nenhum elemento é experimentado individualmente, todos têm relação com seu entorno. Assim, elementos semelhantes podem adquirir diferentes significados, a depender do contexto em que se localizam. Isso faz com que cada cidadão tenha suas próprias associações com determinadas partes da paisagem da cidade, aplicando a ela suas memórias e significados. Este é o conceito de imaginabilidade, que vem a complementar o conceito já citado da legibilidade. A imaginabilidade nada mais é do que a estruturação da leitura do ambiente (da legibilidade), feita por cada pessoa, de maneira bastante individual, baseada em seus valores pessoais. Em suma, é qualidade de um objeto físico, que evoca uma imagem forte em seu observador.

A estruturação das propostas para melhoria do distrito turístico como um todo precisa passar pela valorização dos elementos estruturantes existentes em São Luiz do Purunã e, se necessário, até pela criação de novos elementos, de forma que possam ser corretamente lidos pelos visitantes e também pelos habitantes, trazendo como consequência final a melhoria da renda ao município e à sua população de uma maneira geral. Conforme mencionou LYNCH (1960, p.14), “o meio ambiente organizado (...) pode servir como estrutura envolvente de referência, um organizador de atividade, crença ou conhecimento.”. Ao mesmo tempo, essa valorização deve contemplar a preservação das características culturais e naturais da região, dentro de um amplo programa de desenvolvimento sustentável, valorizando-se os recursos ambientais sem destruí-los.

A melhoria na imagem geral de toda a microrregião extrapola seus limites. A divulgação da mesma deve ocorrer, além de seus arredores, também na região metropolitana de Curitiba e até mesmo em outros Estados da federação, de onde possam chegar novos visitantes com perfil alocêntrico, ou seja, aqueles que já possuem boa percepção ambiental, respeito e cuidado com o local. Tudo isso aliado à educação ambiental tanto para a população quanto para os visitantes.

4.3.3 Considerações Sobre a Forma Urbana

O autor Kevin Lynch (1984), como crítico da cidade funcionalista, outrora defendida pelos teóricos do modernismo que o precederam, postulou, em sua análise do rendimento da forma urbana, que o desempenho de uma cidade deve seguir critérios de justiça e eficácia, através dos quais podemos traçar paralelos com a justiça ambiental. LYNCH(1984) conceitua a forma urbana como a disposição espacial das pessoas em suas atividades, o fluxo espacial resultante dessas atividades, os bens e informações e os rasgos físicos que modificam o espaço de forma significativa para estas ações (tais como canais, superfícies, objetos, ambientes, etc.). Com isso, o rendimento da cidade não pode ser medido apenas pela forma espacial dela, mas também pela qualidade do espaço, ligada intimamente à sociedade que o ocupa.

As cinco dimensões da boa forma urbana propostas por LYNCH (1984) são: VITALIDADE (grau de sustentabilidade do assentamento em relação à manutenção de suas funções vitais), SENTIDO (grau no qual o assentamento pode ser claramente percebido e mentalmente estruturado e diferenciado no tempo e no espaço por seus residentes), ADEQUAÇÃO (grau em que a forma e a capacidade dos espaços, canais e equipamentos se

adequariam ao tipo de quantidade de atividades que se realizam), ACESSO (capacidade de chegar a outras pessoas, atividades, recursos, serviços, informações ou lugares, incluindo quantidade e diversidade dos elementos que se possam alcançar) e CONTROLE (grau no uso e no acesso a espaços e atividades). Todas estas dimensões são analisadas sob os metacritérios da eficácia e justiça. Isso implica na distribuição justa dessas dimensões por todo o espaço urbano e, por conseguinte, por todos os cidadãos. Esta “justiça urbana” relaciona-se intimamente com a qualidade de vida nas cidades. No caso analisado, esta qualidade precisa atender tanto aos habitantes do distrito como também precisa ser passada aos turistas que o visitam.

5. ESTRUTURA TURÍSTICA ATUAL DE SÃO LUIZ DO PURUNÃ – BREVE DIAGNÓSTICO

A área aproximada do distrito de São Luiz do Purunã gira em torno de 204.000 m², sendo a maior parte pertencente à Área de Preservação Ambiental da Escarpa Devoniana . A estrutura turística atual do distrito, em termos de atrações e locais para hospedagem, alimentação e diversões conta com os seguintes estabelecimentos:

- . Nove pousadas (capacidade total de hospedagem em torno de 400 pessoas);
- . Sete restaurantes;
- . Dois campings;
- . Um clube de campo;
- . Um aeroclube;
- . Uma casa de cultura (fechada);
- . Um supermercado;
- . Um estabelecimento para pescaria (“pesque-pague”);
- . Uma chácara para colheita de frutas (“colha-e-pague”);
- . Uma chácara para educação ambiental e atividades infantis;
- . Um mirante com estátua do tipo “Cristo Redentor”;
- . Cinco setores demarcados para escaladas nas escarpas;
- . Diversas grutas, cânions, trilhas, matas e cachoeiras também fazem parte das atrações locais.



Figura 4-São Luiz do Purunã:Cartograma com informações turísticas. Fonte: sítio na internet “Os Encantos de Balsa Nova”

Pode-se dizer que a imagem de São Luiz do Purunã é deficiente desde muito antes de seus “limites geográficos”, pois mesmo na cidade de Curitiba o distrito é pouco conhecido. E tal deficiência continua no portal (Fig. 5) existente logo após o primeiro posto de pedágio da BR-277, que encontra-se mal posicionado, dificultando sua visualização pelos motoristas que trafegam pela movimentada rodovia. Um grande posto de combustíveis localizado um pouco antes ajuda a ocultar o portal, que além de tudo foi construído em um nível abaixo do da rodovia, fazendo com que, além do posto, um barranco termine por escondê-lo quase que totalmente. Como se não bastasse, o estado de conservação do monumento – construído entre 2001 e 2004 segundo placas no local – é péssimo, com letras apagadas e pintura desbotada.



Figura 5. São Luiz do Purunã: Situação do portal. Foto: BERTRAN, 2011

Alguns empresários locais definem o portal como uma “simples parede com aberturas no meio”. E ao adentrar-se nesta “parede”, não existe quase nenhum apoio ao turista. Um pequeno estacionamento e uma placa degradada e ilegível (contendo um mapa turístico desatualizado – Fig. 6) são os únicos “equipamentos” disponíveis a quem chega.



Figura 6. São Luiz do Purunã: Aspecto degradado da placa com mapa de informações turísticas, junto ao portal. Foto: BERTRAN, 2011

Não há iluminação noturna na área do portal nem sequer um posto de informações e/ou posto policial. De um pequeno mirante visualiza-se o centro do distrito, as bonitas elevações da escarpa com matas e pedras ao longe e, num local bem próximo uma mineração de calcário, que rasga a terra, estragando a paisagem e prejudicando notoriamente o meio ambiente. Infelizmente essa é a primeira imagem que os visitantes têm de São Luiz do Purunã. A falta de informações e o mal estado de conservação da área de recepção do distrito podem desmotivar visitantes que queiram entrar na vila, correndo o risco deles serem levados a pensar que a mesma encontra-se abandonada. Enfim, um acesso confuso e grande falta de visibilidade “escondem” o portal, que deveria ser a imagem inicial de São Luiz do Purunã.

No portal, embaixo do nome “São Luiz do Purunã”, pode ser lido “Pólo Turístico de Balsa Nova”, demonstrando que houve a intenção, quando da construção do monumento, de aproximar a imagem do distrito à da distante cidade-sede do mesmo. No entanto, infelizmente, a prefeitura parece relegar sua área turística a segundo plano.



Figuras 7 e 8. São Luiz do Purunã, igreja matriz: aspectos em 2007 e 2011. Fotos: BERTRAN, 2011

Adentrando à vila sede do distrito, desce-se uma ladeira de paralelepípedos relativamente bem conservados, com algumas curvas e vegetação infelizmente queimada em suas margens à época (outubro de 2011). Uma placa com os nomes de algumas pousadas e respectivas distâncias aparece durante este percurso, demonstrando a disponibilização de um mínimo de informações turísticas.

No início da principal rua (denominada Rua Ver. Dinart Garret Almeida, ou seu nome histórico “Caminho de Viamão”), as primeiras construções são a igreja católica matriz (Figs.

7 e 8) e uma escola pública, ambas bem conservadas. Mas já na primeira esquina do núcleo urbano (esquina com a Rua Sabina Serra Recetto, ou “Estrada da Faxina”), o retrato do abandono em que se encontra o distrito: os imóveis que há não muito tempo atrás abrigaram a Casa de Cultura, a Casa do Chocolate Artesanal (Figs. 9 e 10) e o Posto de Informações Turísticas junto com a Casa do Artesanato encontram-se, todos, fechados. Ao que parece, a Casa de Cultura e a do Chocolate – construções históricas, com arquitetura de dois períodos importantes - parecem fechadas em definitivo, sendo que há poucos anos ainda funcionavam. O Posto de Informações Turísticas estava também fechado em pleno sábado (dia que deveria receber turistas), embora parecesse operacional.



Figuras 9 e 10. São Luiz do Purunã, Casa de Cultura e Casa do Chocolate, situação em 2007 e 2011, ambas construções históricas localizadas na principal esquina do distrito e atualmente fechadas, em situação de abandono. Fotos:BERTRAN, 2011

Logo adiante, seguindo pela mesma Rua Ver. Dinart Garret Almeida, existe um supermercado em funcionamento (construção que destoa em estilo e tamanho com as outras da rua) e logo após mais atrações turísticas fechadas: a Casa do Café Colonial (de arquitetura típica, feita em pedra e madeira e identificada como antigo pouso tropeiro – figs. 11 e 12), o Espaço Gastronômico Restaurante da Vila (que havia sido concebido, em torno de 2004 como restaurante-escola, inclusive com a colaboração de *chefs* renomados vindos de Curitiba – Fig. 15) e a área de um antigo CTG (Centro de Tradições Gaúchas – Fig. 16), o qual já foi palco de grandes rodeios, possui um lago formado pela nascente do Rio Tamanduá e grande área com imenso potencial para ser parque público ambiental (porém toda cercada por arames farpados, inacessível ao público). O único comércio em funcionamento nesta extensão é uma loja de materiais para construção.



Figuras 11 e 12. São Luiz do Purunã: casa tropeira típica que funcionou como café colonial, hoje fechada (situação em 2007 e 2011). Fotos: BERTRAN, 2011

Na mesma rua principal existe um casarão com arquitetura que remonta ao período colonial brasileiro (Figs. 13 e 14), relativamente bem conservado, mas em estado de relativo abandono. Poderia ser uma das atrações do distrito, mas não parece valorizado pela sociedade local. Segundo informações esparsas, já houve ameaças até mesmo de demolição da edificação; embora São Luiz do Purunã não tenha problema de espaço para novas construções, pois a densidade de ocupação em geral é bem baixa.



Figuras 13 e 14. São Luiz do Purunã: casa que remonta ao período colonial brasileiro, felizmente ainda preservada. Aspectos em 2007 e 2011. Fotos: BERTRAN, 2011



Figuras 15 e 16. São Luiz do Purunã: espaço gastronômico e lago totalmente fechados à população: potenciais atrações turísticas indisponíveis. Fotos:BERTRAN, 2011

Importante comentar sobre um outro problema desta rua principal, que é a ausência quase total de sombreamento por arborização urbana, tornando a caminhada por ela bastante penosa e desconfortável em dias de sol. Apesar da calçada estar bem conservada, até com espaço ajardinado e também haverem bancos para sentar ao longo do caminho, as poucas árvores existentes são pequenas, não fazendo sombra. A região dos Campos Gerais costuma ser bastante ensolarada na maior parte do ano, principalmente no meio do dia, apesar do frio característico das manhãs; portanto faz-se necessário incrementar a arborização em São Luiz do Purunã.

Na rua Rua Sabina Serra Recetto (ou “Estrada da Faxina”), já citada anteriormente e que cruza a primeira esquina com a rua principal, existe um posto de saúde inoperante, uma escola rural e um campo de futebol como um dos poucos centros de lazer que servem à população. Algumas igrejas evangélicas e pequenos comércios (mercearia, bar, loja de produtos agropecuários) funcionam timidamente no local. E muitas residências, com grandes espaços para jardins e pequenas plantações entre elas. Há também uma outra Casa do Artesanato (Figs. 17 e 18) nesta rua, mantida por pessoas da própria comunidade, sem apoio oficial, segundo o jornal Comunicare (Edição 193, p.14). Infelizmente ela também permanece fechada durante a maior parte do tempo.



Figuras 17 e 18. São Luiz do Purunã: aspectos da Casa do Artesanato, mantida por moradores, na Estrada da Faxina. Fotos: BERTRAN, 2011

Seguindo pelo “Caminho de Viamão” e distanciando do centro do distrito, há duas bifurcações em estradas de terra, com algumas casas em suas margens e passando por grandes antenas de telecomunicações (apesar da recepção da maioria das operadoras de telefones celulares ser deficiente em São Luiz do Purunã) e também linhões de energia de alta tensão presentes no local. Estas estradas de terra levam à maior parte das atrações turísticas de São Luiz do Purunã: suas pousadas rurais e também às matas e chapadas, palcos das diversas atividades ligadas ao ecoturismo e turismo rural, que ocorrem na região.

As estradas também passam por haras que realizam criação, doma, treinamento e reprodução de cavalos de raças, atividades bastante comuns na região.



Figuras 19 e 20. São Luiz do Purunã: aspectos da área rural. Ao fundo enxerga-se a Escarpa Devoniana. Fotos: BERTRAN, 2011

As pousadas, ao contrário do centro do distrito, possuem boa estrutura para receber

visitantes, com bons restaurantes, acomodações confortáveis, opções de guias para passeios a cavalo e outros, instalações de lazer diversificadas (piscinas, quadras de esportes, etc.). Algumas pousadas são, inclusive, spas com características indianas (desconectadas da cultura local, porém com público bem definido), que oferecem tratamentos de saúde e bem estar diversificados, junto à natureza.



Figuras 21 e 22. São Luiz do Purunã: aspectos de pousadas rurais. Fotos:BERTRAN, 2011

É notório que o turismo dos tipos rural e ambiental em São Luiz do Purunã são praticados de forma esparsa e sem uma coordenação geral. Eventos esportivos (de ciclismo, hipismo, alpinismo, etc.) acontecem pela região, mas sem grande divulgação. O turismo tem sido restrito às distantes pousadas e às trilhas que circundam-as. O comércio do distrito não tem sido movimentado por este fluxo de pessoas que visitam a região, por isso o centro urbano encontra-se, cada vez mais, abandonado. Os visitantes ficam restritos praticamente aos estabelecimentos hoteleiros rurais, distantes do núcleo urbano.



Figuras 23 e 24. São Luiz do Purunã :cavalgadas e criação de equinos:atividades rurais típicas. Fotos:BERTRAN, 2011

Já o centro do distrito, pelo estado de abandono, carece de uma imagem um pouco mais urbana, não no sentido “pejorativo” geralmente atribuído ao caos, mas sim no sentido de

imagem urbana, de movimento, de acolhimento; claro que não esquecendo-se do aspecto sustentável. O uso contínuo daria um melhor aspecto ao local. Mas para fomentar este uso é necessário melhorar a imagem e a estrutura. Muito mais poderia-se ter ali, sem destruir as edificações nem mesmo a vegetação existente e sim valorizando e complementando esses elementos. Isso atrairia mais visitantes e, por consequência, mais atividades econômicas, além de mais moradores. E é sabido que a população cuida das ruas, integrando-as como sendo suas. O parque em volta do lago poderia ser o grande articulador de todas estas atividades urbanas. O local tem potencial para ser o grande integrador do distrito como um todo, como ponto nodal que pode ser criado ali. E o distrito deve integrar turistas, moradores e comerciantes. Deve ser um ponto de referência, do qual São Luiz do Purunã atualmente carece.

Muitas são as explicações sobre o fechamento dos restaurantes e lojas que atendiam aos turistas no centro da vila. Alguns dizem que brigas políticas fomentaram o encerramento dessas atividades. Outros que o fluxo de clientes era muito irregular e não justificava a permanência dos comércios abertos. De qualquer forma todos perdem com isso. A imagem de São Luiz fica cada vez mais assemelhada à de uma “cidade fantasma”, como dizem alguns habitantes. Isso prejudica até o movimento das distantes pousadas, que poderiam ter, no centro do distrito, um chamariz a mais. Os turistas perdem locais importantes para passearem, se alimentarem, fazerem compras, etc. O patrimônio arquitetônico sofre com o abandono e fica à mercê do perigo de demolição e/ou depredação. O meio ambiente também fica sob ameaça, pela falta de uso, de predadores, possíveis ocupantes irregulares de áreas que poderiam ser de grande valia tanto para o lazer como para a preservação.

É inadmissível que construções tão importantes, de estilos tão marcantes, verdadeiros marcos na paisagem urbana da cidade, permaneçam fechadas e ameaçadas de desaparecimento. Percebe-se uma falta de identidade de alguns proprietários com a própria história e a cultura regional. Este descaso pode levar São Luiz do Purunã a perder o pouco que possui em termos de imagem própria. Sua imagem já está bastante difícil de ser lida, reconhecida e imaginada pelas pessoas. Afinal de contas, como especificou LYNCH (1960), a imagem de um bom ambiente dá, a quem a possui, um sentido importante de segurança emocional, podendo estabelecer uma relação harmoniosa entre si e o mundo.

6. PLANEJAMENTO TERRITORIAL INTEGRADO AO TURÍSTICO : PROPOSTAS

6.1 Propostas de Melhoria de Desempenho Urbano Sustentável no Distrito, Visando Incremento ao Turismo e à Economia

Baseados nas dimensões de desempenho de assentamentos urbanos proposta por LYNCH (1984), são propostos programas de melhorias tangenciando diversos aspectos urbanos, rurais e produtivos do Distrito de São Luiz do Purunã, conforme citados nas diretrizes gerais resumidamente descritas a seguir:

6.1.1 Melhorar a VITALIDADE (ou grau de SUSTENTABILIDADE do distrito)

Na primeira dimensão de desempenho, que visa ao aumento geral na sustentabilidade ambiental, constarão os seguintes itens:

- Aplicação dos dispositivos da Política de Meio Ambiente do Município de Balsa Nova (constantes na Lei nº483/2007), que protegem a paisagem natural existente no distrito de São Luiz do Purunã e incentivam os turismos rural e ecológico;
- Valoração dos Ativos Ambientais existentes, através do pagamento por serviços ambientais aos proprietários de Reservas Particulares do Patrimônio Natural e recuperação de áreas degradadas;
- Incremento ao Saneamento Ambiental, incluindo tratamento ecológico dos efluentes e dos resíduos sólidos orgânicos das residências e estabelecimentos em geral, bem como estímulo à reciclagem do lixo inorgânico através de cooperativas;
- Incentivo às Construções Sustentáveis, através da aplicação de tipologias arquitetônicas de alto desempenho ambiental (eficiência energética) e do uso de materiais não agressivos ao meio ambiente, de preferência reciclados e/ou produzidos sustentavelmente e nas proximidades;
- Incentivo à agricultura e à agroindústria sustentáveis, principalmente através de cooperativas com mão de obra local;
- Incentivo às energias renováveis (solar, eólica, biomassa) sempre que possível;
- Incentivo a novos negócios ambientalmente sustentáveis que gerem receitas e empregos para a população, através de agência local de fomento, com incubadora de novas empresas;
- Educação Ambiental ampla, visando o correto uso de toda a região e voltada tanto aos moradores locais (desde crianças em escolas até os adultos, através de sindicatos rurais,

igrejas, etc.) quanto aos turistas, que receberão cartilhas e orientações nas entradas dos distritos e nos estabelecimentos comerciais que frequentarem (restaurantes, pousadas, etc.);

- Incentivo à ampliação do comércio e dos serviços de forma sustentável no centro do distrito, delimitando-se setor de expansão comercial, bem como fomentando a reabertura das casas comerciais que foram recentemente fechadas, utilizando-se as próprias construções históricas, que devem ser preservadas;

- Instalação de um parque ambiental de uso público com cerca de 450 mil m² ao redor da lagoa existente em pleno centro do distrito e que se encontra abandonada e fechada, através da desapropriação do espaço, plantio de árvores nativas, preservação da vegetação existente, construção de equipamentos de apoio (trilhas, decks, brinquedos infantis, sanitários, sinalização, iluminação noturna, lanchonetes, etc.).

- Determinar setor de expansão de habitação urbana em bairro sustentável próximo ao parque, de forma que os novos moradores cuidem do patrimônio ambiental, cultural e arquitetônico do local.

6.1.2 Melhorar o SENTIDO (percepção dos atrativos, dos caminhos, etc.)

Na dimensão do sentido, bastante ligada à legibilidade do local, são necessários programas de melhoria nos seguintes itens:

- Valorização dos elementos estruturantes da imagem do local (caminhos, limites, paisagens marcantes, regiões, pontos nodais, marcos, etc.) através de boa comunicação visual indicativa, mapas orientativos tanto distribuídos às pessoas quanto instalados em locais estratégicos;

- Melhoria no sistema viário, visando identidade visual, sustentabilidade e segurança a pedestres, ciclistas (implantação de ciclofaixas e ciclovias), desportistas, motoristas, etc.;

- Incremento na arborização urbana visando à valorização das espécies locais, atração de pássaros, sombreamento das vias durante o verão, etc.;

- Iluminação pública sustentável, com foco direcionado à segurança do pedestre, sem, no entanto, ofuscar as estrelas do céu e sem atrapalhar a arborização pública, utilizando-se de energia solar sempre que possível;

- Preservação do patrimônio histórico existente, criando identidade arquitetônica ao local, através de incentivos oficiais (isenção de impostos) para conservação e utilização dos mesmos em negócios que gerem renda aos habitantes locais.

6.1.3 Melhorar a ADEQUAÇÃO (adequar forma e capacidade dos espaços aos tipos e quantidades de atividades), através das seguintes ações:

- Estimular a ampliação do número de leitos para hospedagem e até a abertura de novos estabelecimentos, principalmente no centro do distrito, desde que sigam preceitos de sustentabilidade na construção e na operação dos mesmos;
- Treinar mão de obra qualificada, de preferência local, para trabalhar nos estabelecimentos em funcionamento e nos que venham a abrir, visando atender bem ao turista, integrando-o à sustentabilidade e à cultura regional;
- Adequar estrutura viária ao potencial aumento de visitantes, desde que em bases sustentáveis, que não comprometam os recursos naturais da região.

6.1.4 Melhorar o ACESSO (capacidade das pessoas encontrarem as atividades, serviços, lugares, atrações, etc.), através das seguintes ações:

- Melhora no portal turístico de acesso ao distrito, reposicionando-o e dotando-o de mais serviços, para tornar-se mais visível e receptivo aos passageiros dos veículos que trafegam pela BR-277, os quais chegam a cerca de quatro mil por hora em feriados e finais de semana, segundo informações constantes no *sítio* na internet da concessionária CCR-RODONORTE;
- Adequação do sistema viário, de acordo com o plano já implantado na dimensão do SENTIDO, com correta sinalização, pavimentação ecológica e geometria que permitam fácil acesso às diferentes atrações da região, seja qual for o meio de transporte escolhido pelos visitantes, minimizando conflitos entre eles;
- Unificação da comunicação visual das diferentes atrações, de forma que sejam encontradas com facilidade;
- Utilização das melhorias gerais na iluminação propostas na dimensão ‘SENTIDO’, com intuito de valorizar as atrações visando, aumentar a segurança, sempre que possível evitando-se ofuscar o céu e modificar o clima bucólico do distrito;
- Melhoria geral na divulgação de São Luiz do Purunã, tanto localmente quanto em outras cidades e estados, visando atrair público qualificado para a visita de suas atrações.

6.1.5 Melhorar o CONTROLE (grau de uso e acesso a espaços e atividades), através das seguintes ações:

- Controlar a entrada e saída de turistas através de postos de informações nos portais;
- Ampliar contingente de guardas municipais e/ou policiais para garantir segurança à

população e turistas, conforme a demanda;

- Implantar mecanismos para impedir a saturação urbana e ambiental do local, através de rígidas leis de uso e ocupação do solo, delimitação de reservas de conservação ambiental permanente e constante vigilância às ocupações irregulares, desmatamentos, etc, visando evitar especulação imobiliária, parcelamentos excessivos, novos loteamentos, etc.;
- Evitar eventos de grande porte que gerem aglomerações e desordens, que poderiam quebrar o aspecto bucólico da região e atrair turistas de perfil mesocêntricos, indesejáveis às características locais.
- Evitar empreendimentos de grande porte, limitados através de legislações de uso e ocupação do solo;
- Cobrança pelo uso de reservas florestais (principalmente particulares), visando à conservação das mesmas, à manutenção de suas infraestruturas, valorizando seus recursos naturais;
- Maximizar os impactos positivos do turismo, minimizando seus impactos negativos.

6.2 Detalhamentos dos Principais Planos para Melhoria de Desempenho Ambiental Do Distrito

O primeiro passo para a implantação dos planos de melhoria de desempenho ambiental no distrito de São Luiz do Purunã é a setorização dos usos atuais (comerciais, rurais, florestais, etc.) e, logo após esta fase, realizar intervenções com o intuito de melhorar a vitalidade destes locais, sempre de forma sustentável. O foco principal é no centro do distrito, que necessita urgentemente de incrementos em seu uso, conforme já comprovado neste estudo, devido ao grande esvaziamento comercial desta área, ao mesmo tempo em foi notado um bom desempenho econômico nas pousadas distantes, que se sustentam sem muita dependência de outras áreas.

A partir do momento em que são feitas intervenções positivas no centro do distrito, seus efeitos irradiar-se-ão por toda a região. Importante ressaltar que diversas destas intervenções, em menor ou maior escala, podem ser replicadas para áreas mais distantes e que necessitam de cuidado, principalmente no tocante à questão da preservação dos recursos naturais, que são os principais atrativos turísticos de São Luiz do Purunã.

Como local piloto para início da implantação das ações, selecionou-se uma área aproximada de 6.680.000 m², localizada na margem direita da BR-277 (sentido Curitiba-interior), abrangendo todo o “centro urbano” do distrito de São Luiz do Purunã (incluindo os

estabelecimentos comerciais e residências existentes) e adjacências que possuam áreas rurais e florestais relevantes. Foi feita a divisão desta área de acordo com setores de intervenção e de preservação ambiental, conforme descrito abaixo e indicado no mapa da Figura 25 a seguir:

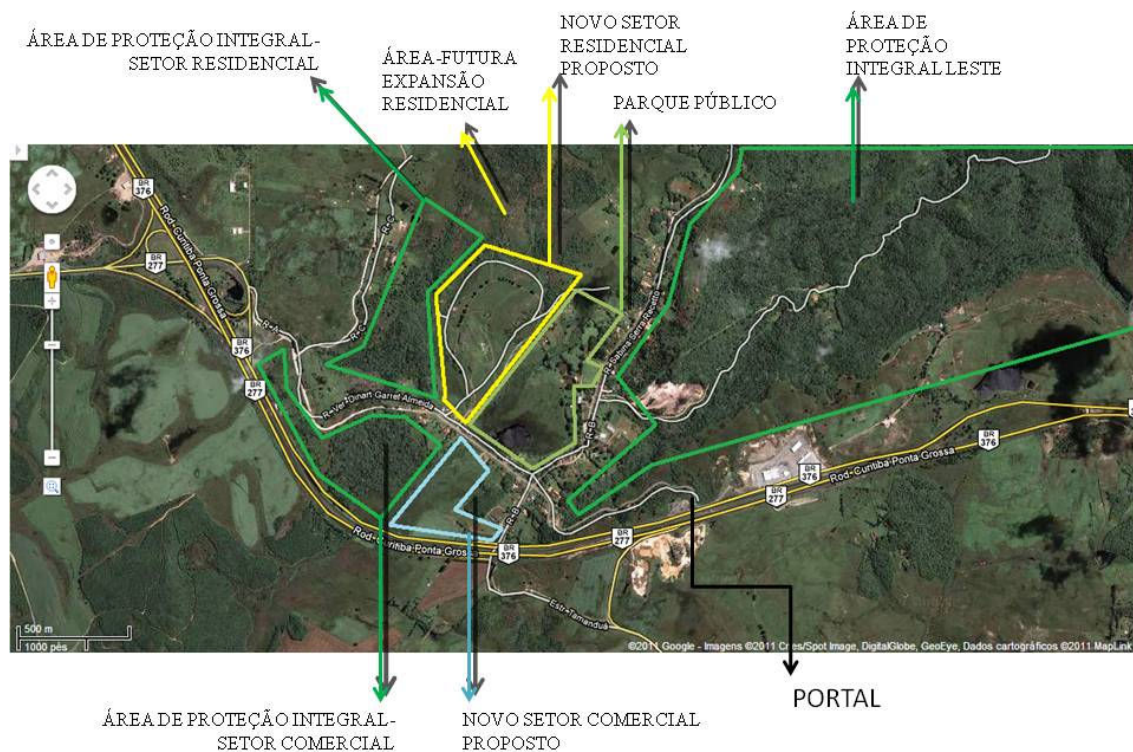


Figura 25. São Luiz do Purunã: cartograma dos Setores de Intervenção e Preservação no núcleo urbano. Base: sítio Google Maps na internet. Desenhos: BERTRAN, 2011

ÁREA TOTAL EM ESTUDO PARA INTERVENÇÕES: 6.680.000 m² (considerando apenas o lado direito da BR-277, sentido interior), sendo dividida em:

- ÁREA PREVISTA PARA IMPLANTAÇÃO DO PARQUE PÚBLICO AMBIENTAL: 450.000 m² (6,74% da área total)
- ÁREA PREVISTA PARA IMPLANTAÇÃO DE EXPANSÃO DO CENTRO COMERCIAL DE USO MÚLTIPLO, com abertura de via pública e incentivo ao uso misto dos imóveis lindeiros a esta: 150.000 m² (2,25% da área total)
- ÁREA PREVISTA PARA IMPLANTAÇÃO IMEDIATA DE SETOR RESIDENCIAL, com abertura de novas vias públicas e regras rígidas de ocupação sustentável: 180.000 m² (equivalente a 2,69% da área total)
- ÁREA PREVISTA PARA EXPANSÃO FUTURA DO SETOR RESIDENCIAL : 400.000 m² (equivalente a 5,99% da área total)

- ÁREA DE PRESERVAÇÃO FLORESTAL PERMANENTE JUNTO AO SETOR COMERCIAL: 250.000 m² (equivalente a 3,74% da área total)
- ÁREA DE PRESERVAÇÃO FLORESTAL PERMANENTE JUNTO AO SETOR RESIDENCIAL: 300.000 m² (equivalente a 4,49% da área total)
- ÁREA DE PRESERVAÇÃO FLORESTAL PERMANENTE A LESTE DO DISTRITO (íntegra parte da escarpa devoniana) – visa formar o Parque Estadual Escarpas do Purunã : 2.160.000 m² (equivalente a 32,34% da área total)
- ÁREAS EXISTENTES DE USO RESIDENCIAL, RURAL E OUTROS (a serem mantidas): 2.790.000 m² (equivalente a 41,77% da área total)

Importante notar como as intervenções propostas são de baixo impacto ambiental, mas pretendem ter alto impacto positivo do ponto de vista econômico, para o desenvolvimento do distrito. As intervenções em novas áreas a serem construídas não chegam a 11% da área total estudada. Pouco mais de 40% do distrito são remanescentes de florestas nativas que serão preservadas. Demais áreas com uso rural ou misto perfazem também pouco mais de 40% do total e também serão mantidas. Todo o patrimônio natural e arquitetônico do local terá que ser obrigatoriamente mantido. Portanto trata-se de um projeto de caráter extremamente preservacionista, mantendo um caráter urbano compacto, em que moradores do distrito não precisarão deslocar-se muito para alcançarem os serviços e locais de trabalho. Mesmo o novo setor comercial terá características de uso misto; ou seja, os empresários e funcionários poderão residir junto a seus estabelecimentos. Desta forma, não serão incentivadas grandes expansões urbanas em áreas rurais ou florestais. Mesmo as novas áreas a serem urbanizadas e edificadas deverão ser submetidas a regras rígidas de ocupação e sustentabilidade.

ILUSTRAÇÃO DAS INTERVENÇÕES NO CENTRO URBANO DE SÃO LUIZ DO PURUNÃ

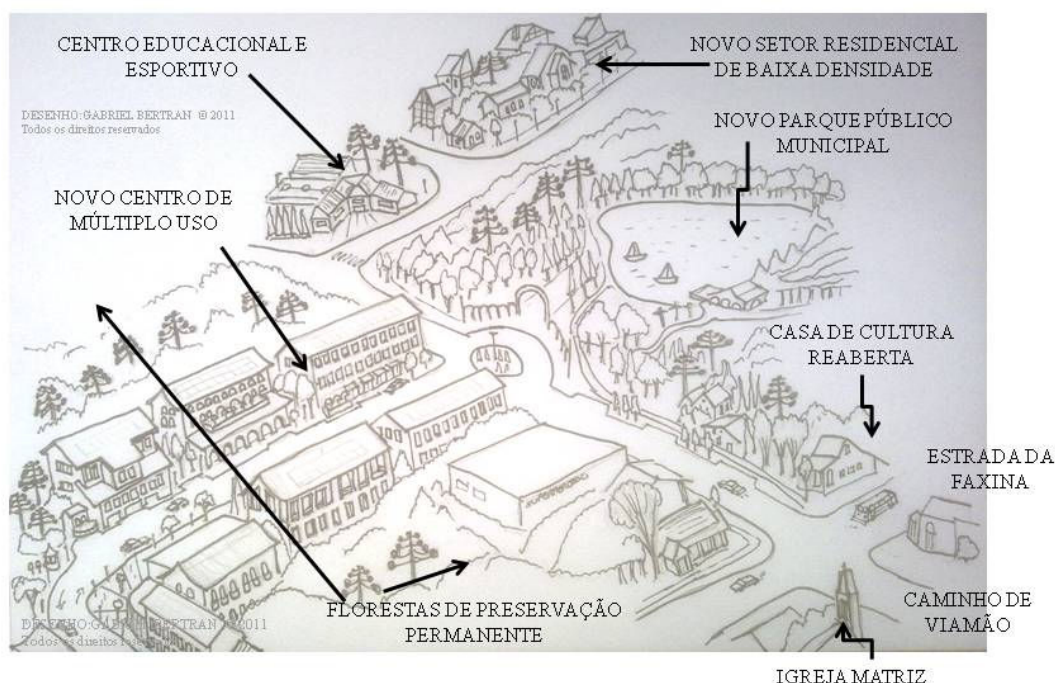


Figura 26. São Luiz do Purunã: perspectiva ilustrativa das principais intervenções no núcleo urbano. Desenhos: BERTRAN, 2011

As principais propostas de intervenção são:

- i. Ações de melhoria na VITALIDADE, visando maior SUSTENTABILIDADE do distrito

As principais ações de melhoria deste sentido estruturam-se em três grandes intervenções físicas que correrão junto com outras ações, mas que por si só fomentarão o aumento da vitalidade:

- Criação do Parque Público Ambiental ao redor da lagoa existente;
- Criação do novo centro comercial, estruturado em uma nova rua;
- Criação de setor residencial na parte noroeste do parque;
- Criação de áreas de preservação florestal permanente;
- Instalação de uma Estação de Tratamento de Esgoto para toda a área urbana do distrito, podendo ter sua rede interligada também a outras áreas.

O parque público por si só será um marco em todo o distrito e em toda a região. Um ponto nodal, de grande atração de turistas e moradores, importante para melhorar a imagem e o uso do núcleo urbano. Por situar-se ao lado da principal via pública estruturante do distrito (Rua Ver. Dinart Garret Almeida ou “Caminho de Viamão”), ao redor da qual o núcleo se desenvolveu, o parque poderá ser considerado praticamente a “praia de São Luiz do Purunã”; enfim, um local público de encontro de todas as famílias, de todas as idades. Sem dúvida é o espaço que falta à vila.

Embora a rua principal seja um ponto de passagem e de referência (até histórico), quase todos os estabelecimentos comerciais nela encontram-se fechados, conforme já mencionado anteriormente, e o terreno escolhido para este parque está cercado por arames. O próprio espelho d’água é um ponto de referência importante a todos, mas encontra-se inacessível. Abrir este “horizonte” ao público, com paisagismo, equipamentos de apoio, etc. será um grande indutor do comércio tanto na via quanto nas imediações, tendo o lago como principal elemento integrador de toda a paisagem a sua volta.

A intervenção será complementada pela implantação de um novo centro comercial, que partirá da via principal praticamente em frente à entrada do parque, conforme pode ser visualizado na Figura 26, articulando-se em um novo eixo, que será um verdadeiro integrador de atividades de lazer e comerciais, trazendo vitalidade ao centro urbano.

O investimento em desapropriação da área prevista ao parque será da ordem de R\$ 10.800.000,00 (incluso na estimativa de investimento no parque, no item 16 abaixo), pelo preço médio de mercado das terras da região atualmente (R\$ 24/m²) e terá que ser feito pelo Poder Público. A finalidade pública do parque não permitirá cobrança por seu uso, no entanto equipamentos privados, como lojas, restaurantes e serviços de diversões infantis, por exemplo, poderão explorar áreas delimitadas. A renda pelo uso destes locais deverá ser revertida pelo Poder Público em conservação do parque. Empresas patrocinadoras poderão, também, fazer aportes nesta conservação em troca de publicidade regulamentada.

Uma área institucional será estabelecida, através da reabilitação da Casa de Cultura (fechada recentemente), uma construção histórica, feita em madeira e localizada na principal esquina do distrito (confluência do Caminho de Viamão com Estrada da Faxina). A proposta é transformá-la em um Museu do Tropeiro e um centro de educação ambiental integrados à área do parque, fazendo parte de suas atrações, que também procurarão englobar a temática cultural tropeira por toda a área do parque, com diversos marcos e uma programação cultural ligados ao movimento que fez surgir São Luiz do Purunã.

No caso do novo centro comercial, tratar-se-á de uma rua em “L”, ligando a Rua Ver. Dinart Garret Almeida (Caminho de Viamão) à Rua Sabina Serra Recetto (Estrada da Faxina), no lado oposto à entrada do parque. Esta área de aproximadamente 150.000 m² será uma rua em formato de “L” ao mesmo tempo turística e comercial, com prédios de uso misto, construídos em estilo condizente com a arquitetura colonial brasileira, altura de até três andares e possuindo, obrigatoriamente, estabelecimentos comerciais no térreo, que atenderão tanto a visitantes quanto a moradores. Os andares superiores das edificações poderão abrigar tanto residências de empresários e funcionários como também salas comerciais (escritórios) e pequenos estabelecimentos de hospedagem de caráter urbano.

Em conjunto com o parque e com a via principal, esta pequena e aconchegante rua comercial será também um importante ponto de encontro da população e dos turistas, principalmente no período noturno, sendo uma opção de passeio para os turistas hospedados nas distantes pousadas na área rural, que poderão optar por fazer suas refeições e compras no centro da cidade, como é comum em diversas cidades turísticas, a exemplo de Pirenópolis (Goiás) ou Tiradentes (Minas Gerais), cujos centros são pontos de encontro dos turistas que passeiam pela região. Mesmo que estes se dispersem por trilhas ecológicas durante quase o dia todo, em determinados horários a maior parte deles se encontra naquele ponto de referência.

No “novo centro” de São Luiz do Purunã serão comercializados produtos típicos da região, fomentando as pequenas indústrias sustentáveis e gerando empregos. O novo pólo comercial não é grande em área (visando baixo impacto ambiental na região), mas seu impacto econômico será imenso. Ele se integrará com o comércio já existente nas proximidades, de complementar a este. A abertura da via pública, a urbanização da mesma e a regulamentação de seu uso serão feitas pelo Poder Público, mas a iniciativa privada construirá, dentro de preceitos arquitetônicos harmoniosos, o conjunto de edificações e poderá operar os estabelecimentos de acordo com as regras de usos permitidos para o local.

Todos os edifícios a serem construídos no novo centro de uso múltiplo deverão instalar, obrigatoriamente, captadores de energia solar em seus telhados, de forma a minimizar os gastos com energia tanto térmica quanto elétrica, substituindo parte do consumo de fontes tradicionais pelas renováveis.

Já o setor residencial noroeste utilizará uma via pública existente, a qual possui formato de elipse conforme pode ser visto na Figura 27, abrindo-se duas novas vias complementares, uma no sentido noroeste-sudeste e a outra no sentido nordeste-sudoeste

(aproximadamente), com uma praça central de integração, dentro da área delimitada pela via circundante existente.

O tipo de uso do solo será o residencial de baixa densidade, destinado a novos moradores e eventualmente também para aluguel de casas de veraneio.

Á área será parcelada em 35 terrenos residenciais de, no mínimo, 1000 m². A ocupação de cada terreno deverá ser limitada a, no máximo, 30% do terreno, mantendo-se a maior extensão possível destinada a áreas verdes, com plantio de árvores nativas da região, sob regulamentação e supervisão tanto da Prefeitura quanto da Associação local.

As casas deverão utilizar o máximo de energias renováveis (captadores de energia solar nos telhados, por exemplo) e possuir saneamento ambientalmente sustentável (ligação com a estação de tratamento ou solução local), de forma a não sobrecarregar a rede pública nem os recursos hídricos da região. Suporte na instalação desses sistemas e financiamentos deve ser disponibilizado aos moradores, para fomentar o uso deles.

Este setor residencial contará, ainda, com um estabelecimento educacional público em sua entrada, dotado de escola, centro esportivo, creche, brinquedoteca e biblioteca, voltados a toda a população do distrito, com previsão de funcionamento também aos finais de semana com eventos culturais e esportivos para toda a comunidade e turistas.

PRINCIPAIS INTERVENÇÕES NA ÁREA CENTRAL DE SÃO LUIZ DO PURUNÃ

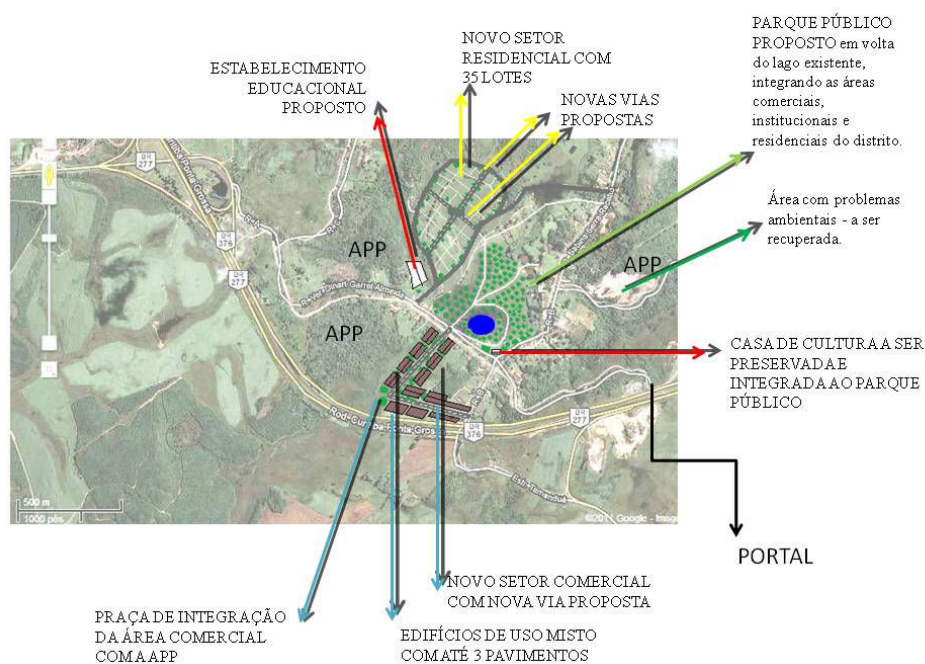


Figura 27. São Luiz do Purunã: cartograma de detalhamento das principais intervenções no núcleo urbano. Base: sítio na internet do Google Maps. Desenhos: BERTRAN, 2011

ii. Ações de melhoria no SENTIDO (percepção de atrativos, caminhos, etc.)

As ações de melhoria do sentido estão atreladas às de vitalidade, pois visam valorizar detalhes existentes nestas grandes áreas, bem como propor novos marcos, atrações, etc. em locais estratégicos, objetivando a melhora na imagem e, enfim, na legibilidade de toda a área urbana. A integração destas duas dimensões (vitalidade e sentido) é fundamental a esta melhora na imagem de São Luiz do Purunã e, por conseguinte, de sua sustentabilidade.

O próprio pólo turístico de São Luiz do Purunã carece de sentido para muitas pessoas. Muitas vezes o local não é reconhecido no mapa, na imaginação dos paranaenses ou sequer enxergado na beira da rodovia BR-277, principal rota entre a capital e diversas regiões no interior do Estado.

Devido a estes fatores, a melhora no SENTIDO inicia-se com a readequação do portal, de forma a ser mais visível a partir da estrada e conter melhores equipamentos informativos - como a abertura de um centro de apoio ao turista – e também maior segurança.

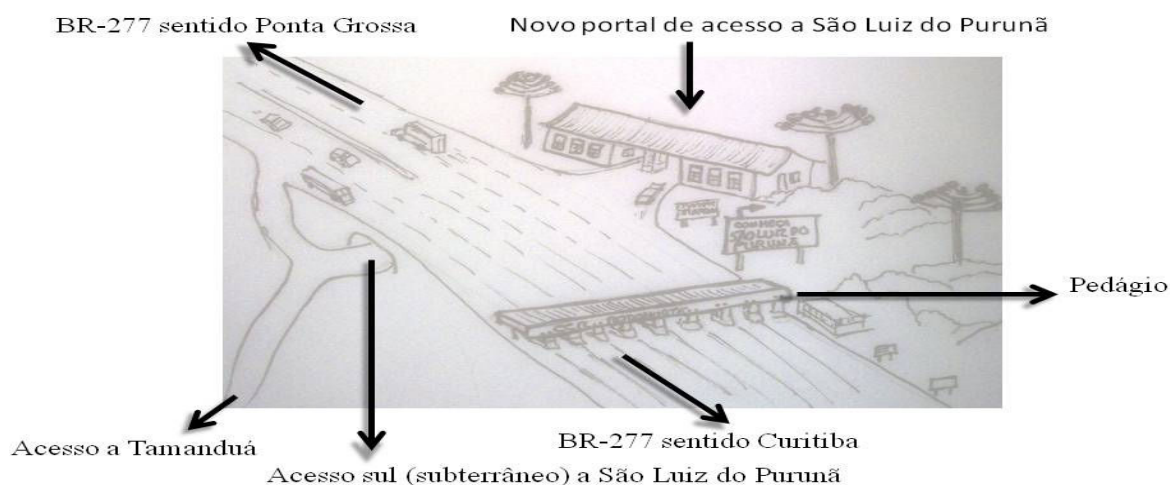


Figura 28 : Ilustração sobre possível instalação de novo portal de acesso a São Luiz do Purunã, em estilo arquitetônico tipo colonial brasileiro. Desenho: BERTRAN, 2011

Após a entrada, o principal ponto nodal do distrito é a esquina existente entre os dois principais caminhos históricos (Caminho de Viamão e Estrada da Faxina), que possui construções de elevado valor arquitetônico, deve ser valorizada, através da reabertura da Casa de Cultura (que terá o MUSEU DO TROPEIRO integrado ao novo PARQUE PÚBLICO) e da

Casa do Chocolate. Outros marcos arquitetônicos também valiosos existentes nesta mesma esquina são a Casa do Artesanato (da prefeitura, fechada durante a maior parte do tempo e que deve ser reaberta), a igreja matriz e a uma escola pública. Todo este conjunto arquitetônico deve ser integralmente preservado.

O único supermercado do distrito deve ser mantido pela sua importância para a economia do distrito, embora não disponha de atratividade arquitetônica.

Com todo o conjunto cultural e comercial em uso, além da igreja existente, esta esquina tem tudo para que o seu sentido seja recuperado, com as referências arquitetônicas, tão importantes para a população e para os turistas, preservadas. O fato de parte destas construções estar fechada ao público é prejudicial à imagem do Distrito. A reabertura, com novas atrações, valoriza o local, atraindo visitantes e melhorando, inclusive, a auto-estima dos moradores.

Além da já mencionada esquina principal, o projeto propõe a criação de um novo ponto nodal no distrito, um pouco adiante. Trata-se da entrada do novo PARQUE PÚBLICO, articulada com a nova rua comercial a ser construída. Este ponto será uma nova “esquina” bastante importante em São Luiz do Purunã, concentrando atividades de lazer, hospedagem, comércio, serviços e até moradia, pois a rua comercial, conforme descrita nas melhorias de VITALIDADE, terá características de uso múltiplo

As outras adequações que melhoram o sentido, a serem aplicadas em todo o distrito são estão relacionadas no item 6.1.2 acima.

iii. Ações de melhoria na ADEQUAÇÃO da forma e capacidade dos espaços aos tipos e quantidades de atividades

Esta dimensão irá adequar a capacidade das atividades do distrito, com objetivo de ampliar sua economia. A criação do novo parque, com seus equipamentos de lazer, culturais e esportivos trará um maior número de visitantes. Da mesma forma, a ordenação e melhor divulgação das diversas atividades turísticas por toda a superfície – tanto urbana quanto rural – do pólo turístico também incrementará o fluxo de pessoas ao local. Da mesma forma, novos moradores também são esperados na região, que se será mais atrativa, tanto para lazer quanto para os negócios sustentáveis. Todo este aumento necessita de uma estrutura adequada de recepção, informação, serviços, circulação, infraestrutura etc.

Tal adequação na estrutura do distrito passa pelas seguintes ações:

- Aumento no número de leitos para hospedagem de turistas, através da instalação de novas pousadas, de características mais urbanas, dentro do centro comercial de uso múltiplo (nova rua comercial);

- Reabertura dos restaurantes e cafés existentes na área central e que se encontram atualmente desativados (exemplos: Café Colonial e Restaurante da Vila) ;
- Instalação de novos estabelecimentos de alimentação tanto no novo centro comercial quanto também dentro do novo parque público (sob concessão e com regras de sustentabilidade ambiental);
- Diversificação dos estabelecimentos comerciais dentro da nova rua proposta, atendendo tanto às necessidades dos turistas quanto dos habitantes locais;
- Aumento dos estabelecimentos de saúde, também dentro do novo centro comercial;
- Aumento dos locais destinados à habitação, tanto na forma de apartamentos dentro do novo centro comercial (incentivando o uso múltiplo) quanto na forma de casas no novo setor residencial de baixa densidade, ao lado do parque público proposto;
- Aumento da oferta educacional, no novo centro educacional e esportivo a ser implantado junto ao novo setor residencial, na parte noroeste do parque público proposto, administrado em consórcio entre a iniciativa privada e o poder público;
- O treinamento da população nos quesitos de empreendimentos ambientalmente sustentáveis faz parte desta adequação, para que os moradores possam receber bem os turistas, fornecendo a eles produtos e serviços de qualidade, com sustentabilidade ambiental. Este treinamento será feito em parceria com o novo centro educacional proposto.

iv. Ações de melhoria no ACESSO, na capacidade das pessoas encontrarem as atividades, serviços, lugares, atrações, etc.

Pode-se dizer que as ações de melhoria no ACESSO a São Luiz do Purunã devem iniciar-se bem longe do distrito. Para ser mais eficiente este trabalho deve começar na cidade de Curitiba, onde pontos de divulgação em grandes shoppings, supermercados e agências de turismo, por exemplo, podem ser implantados por uma Agência Executiva formada por empresários interessados em promover o turismo no distrito, de forma a melhor divulgá-lo ao seu maior público consumidor. Posteriormente as mesmas ações podem ser levadas a outras cidades das regiões Sul e Sudeste do Brasil que formem outros potenciais mercados.

Da mesma forma, no trajeto da BR-277, entre Curitiba e Ponta Grossa, um sistema de avisos por *outdoors* e panfletos no pedágio, informando sobre as atrações de São Luiz do Purunã é passível de ser implantado, melhorando a visibilidade e a acessibilidade do pólo turístico aos viajantes. Esta forma de divulgação deve facilitar a chegada a São Luiz tanto de turistas que se destinem ao local quanto de “visitantes eventuais”, cuja curiosidade deve ser

despertada neles para que adentrem ao local e, de preferência, voltem mais vezes.

Toda a imagem dos atrativos arquitetônicos, culturais e naturais do distrito deve ser muito bem trabalhada, de forma a tocar fundo na imaginabilidade de seu público potencial. Isso faz com que o local venha a ser reconhecido de longe, pela sua cultura tropeira, sua arquitetura que remonta à época da colonização brasileira, suas matas e campos com toda a sua biodiversidade preservada, suas atrações ligadas a esportes radicais e rurais, seu aspecto bucólico e relaxante, suas delícias gastronômicas, etc. A rápida visualização, a ligação do local a estas vantagens, ao bem estar proporcionado por todo este conjunto de atrações deve facilitar o ACESSO das pessoas a São Luiz do Purunã, trazendo, como consequência direta, o aumento da renda da população local.

Todo este trabalho na imagem e no marketing ambiental do distrito, valorizando o que já existe e o que será construído, levará ao interesse da mídia pelo local, com a publicação e exibição de reportagens que também ajudarão nesta divulgação.

Trabalhando-se, também, a qualidade do atendimento ao visitante e dos produtos oferecidos por seus estabelecimentos, aliada à preservação arquitetônica e natural, São Luiz do Purunã passará a ser reconhecido como um roteiro charmoso, atrativo, de grande valor cultural. Enfim, a imagem de um local agradável de ser visitado é fundamental ao aumento sustentável e à manutenção de um fluxo turístico em todas as épocas do ano. Afinal de contas, a região possui potencial para a utilização turística tanto nas épocas mais frias do ano (com comidas e bebidas típicas de inverno servidas em seus restaurantes e pousadas, apreciação das paisagens com geadas e neblina em meio às montanhas, etc.) como também na parte mais quente no ano (com as cavalgadas, banhos em piscinas naturais ou artificiais, pescarias, prática de alpinismo, ciclismo, etc.).

v. Ações de melhoria no CONTROLE, no grau de uso e acesso a espaços e atividades.

As normas de parcelamento, uso e ocupação do solo do distrito serão bastante rígidas em São Luiz do Purunã, visando evitar um aumento populacional excessivo que inviabilize a sustentabilidade e gere caos no local.

Estas medidas começam a partir da preservação das edificações históricas existentes nas duas vias principais, revitalizando-os e estimulando atividades comerciais que funcionem nelas, dando uso aos mesmos. Isto além de colaborar para o reforço na imagem histórica do distrito, evita o adensamento comercial pela substituição de imóveis existentes.

O novo setor comercial de múltiplo uso também tem seu controle de adensamento. Projetado para limitar-se a uma área de aproximadamente 150.000 m², suas edificações

ocuparão pouco mais de um terço desta área (aproximadamente 52.000 m²). O restante será distribuído entre estrutura viária (a nova rua comercial proposta), áreas verdes, áreas para estacionamentos, etc.

Em relação à tipologia construtiva, este novo setor será constituído de até 13 edifícios com projeção permitida de até 4.000m² sobre o terreno e com até três pavimentos cada um (possibilitando área útil de até 12.000 m² em cada edifício). Os pavimentos térreos abrigarão, obrigatoriamente, estabelecimentos comerciais (lojas diversas, cafês, restaurantes, diversões, agências bancárias, de correios, salões de beleza, etc.). Os dois pavimentos superiores de cada edifício poderão abrigar unidades autônomas com residências (apartamentos), salas comerciais ou estabelecimentos para hospedagem (pousadas ou hotéis) – ressalvando apenas um destes três usos a cada edificação independente. Os 13 edifícios podem ser subdivididos em mais unidades, desde que mantenham a altura máxima (térreo mais dois pavimentos) e o estilo arquitetônico característico, inspirado no período colonial brasileiro. Estabelecimentos de saúde também serão permitidos nas salas comerciais de ao menos um dos edifícios.

Com esta diversidade de atividades fomenta-se o uso misto do novo centro comercial, não deixando o local vazio nem mesmo no período noturno, pois haverá sempre população residente (moradores) e flutuante (turistas) nos edifícios.

Conforme já especificado, o novo setor comercial de múltiplo uso será um ponto nodal de todo o distrito, articulado com o novo Parque Público, cuja entrada será bem em frente à nova via, conforme pode ser visualizado na Figura 26.

Ambos os empreendimentos (parque e novo setor) serão o grande ponto de encontro de população e turistas. A densidade relativamente alta proporcionada pelos prédios de múltiplo uso, porém de baixa altura, possibilitarão o convívio social, atribuindo características urbanas a São Luiz do Purunã, que é um local ainda sem uma identidade definida, entre o rural e o urbano. O aspecto rural não será perdido, de forma alguma, pois o novo centro comercial ocupará pouco mais de 2% da área urbana do distrito, havendo o cuidado em não permitir sua expansão além das delimitações dos edifícios de uso misto, mantendo-se, inclusive, áreas de preservação florestal em volta deles. Se for inclusa toda a imensa área rural, o centro urbano terá um impacto, em área, muito menor.

Estas intervenções ampliarão a economia local fazendo uso de mecanismos de controle através de tipologias arquitetônicas (áreas e alturas das edificações) e índices de ocupação específicos. Assim, evita-se o caos urbano na região.

Estima-se uma capacidade populacional de até 600 moradores fixos e 300 flutuantes

(hóspedes) dentro do novo centro comercial, o que praticamente duplica a capacidade das pousadas rurais de São Luiz do Purunã, sem ocupar grandes áreas. Este aumento de leitos serve como suporte às pousadas existentes no caso de superlotação em temporadas e estabelece um novo estilo de hospedagem no “centro da cidade”, de característica mais urbana. O hóspede “urbano” pode, a partir dali, sair para os inúmeros passeios rurais e florestais existentes nas redondezas, utilizando-se de uma ampla estrutura de apoio.

A densidade poderá chegar a até 600 habitantes por hectare dentro do novo centro comercial de múltiplo uso (incluindo população flutuante). Apesar de alta não chega a ser prejudicial, pois as normas de ocupação e as tipologias especificadas para esta área permitirão e suportarão esta capacidade, não deixando, também, que ela vá muito além disto. A concentração urbana leva à preservação das reservas florestais do entorno. Estipula-se, através deste centro comercial, um mecanismo de controle ambiental, no conceito de cidade compacta, onde boa parte da população vive, hospeda-se e utiliza serviços e comércios dentro de um núcleo determinado, preservando as áreas naturais a sua volta.

Para manter tal densidade dentro do novo centro, propõe-se a seguinte divisão nas ocupações MÁXIMAS das novas edificações, que obviamente é flexível, podendo, assim, ser adaptada conforme as necessidades dos empreendedores que ali se estabelecerão de forma gradual. A listagem abaixo se trata de um modelo de ocupação máxima sugerido apenas:

- Três hotéis, totalizando 168 leitos nos 2 pavimentos superiores de cada um (capacidade média entre 300 a 400 hóspedes por vez), abrigando em seus andares térreo até 6 restaurantes (dois para cada hotel) e/ou estrutura para convenções (visando também o turismo de negócios), assim como ambientes adicionais de lazer para os hóspedes;
- Dois edificios comerciais, totalizando até 48 salas para locação, destinados a escritórios e pequenas manufaturas de produtos locais (artesanatos) nos 2 andares superiores e galerias com até 50 espaços comerciais de múltiplo uso em seus andares térreo (25 unidades em cada edificio, a serem utilizados como lojas, lanchonetes, cafés, agências bancárias, de turismo, dos correios, lotéricas, etc.), podendo estes espaços serem agrupados para obter áreas de venda/atendimento maiores;
- Um edificio voltado à área de saúde, abrigando até 20 clínicas médicas, odontológicas, psicológicas em seus dois andares superiores (podendo ser, também, lembradas) e um Pronto Atendimento em seu andar térreo, bem como farmácias e outros estabelecimentos de apoio às suas atividades;
- Sete edificios de apartamentos, totalizando até 112 unidades de 200m² cada uma nos dois

pavimentos superiores (16 apartamentos por edifício), podendo, também, abrigar até 224 unidades de 100m² cada, a título de flexibilização. Estes edifícios residenciais disporão de área comercial e garagens nos andares térreo de cada um, estipulando-se que ao menos um supermercado seja instalado em um dos edifícios, facultando-se aos demais outros tipos de estabelecimentos de comércio ou serviços de maior porte, conforme a demanda. Um exemplo de ocupação na base de um deles pode ser um cineteatro.

Todas estas edificações não necessariamente precisam ser construídas ao mesmo tempo. O ideal é que sejam implantadas conforme a demanda turística aumente em São Luiz do Purunã; porém é importante que sigam as regras estabelecidas, mantendo as cotas por tipo de atividade para buscar um equilíbrio entre elas e, ao mesmo tempo, suprir o crescimento no volume de visitantes sem saturar a estrutura existente. Esta ampliação da estrutura estará intimamente atrelada à eficiência das campanhas de divulgação do distrito, tanto nas imediações quanto outras cidades e regiões. Seus espaços estão reservados e suas implantações podem ser graduais.

O novo setor residencial também possuirá políticas de controle urbano, à semelhança do setor de múltiplo uso supra mencionado. Seus 35 lotes previstos inicialmente, com no mínimo mil metros quadrados de área, deverão ter o conceito de ocupação de uma “cidade jardim”, com índice de ocupação de apenas 30% do terreno, em até dois pavimentos. Os restantes 70% dos terrenos deverão, obrigatoriamente, conter vegetação com espécies nativas da região. Não serão permitidos parcelamentos nem remembramento dos lotes existentes. A população suportada pelo setor será entre 175 e 300 habitantes (densidade aproximada de pouco mais de 16 habitantes por hectare dentro deste setor).

Ambos os novos setores (o predominantemente comercial de uso múltiplo e o residencial de baixa densidade) serão limítrofes com florestas de preservação, com impedimento total de uso delas. Tais reservas servirão exclusivamente à manutenção da qualidade ambiental do local, valorizando os novos bairros ao manter um aspecto bucólico, permitindo que a maior parte das edificações esteja sempre voltada ao verde, o que garante privacidade, ventilação, conforto térmico, proteção contra ventos, regulação da temperatura e da umidade, atração de pássaros que controlam pragas urbanas, dentre muitas outras vantagens da biodiversidade preservada.

O plantio de novas árvores tanto nas vias públicas quanto nos terrenos particulares será estimulado, fazendo com que o núcleo urbano esteja sempre inserido na vegetação. Esta política de áreas verdes integra o controle ambiental no distrito, que visa à sustentabilidade em

toda a área.

Outra forma de controle é na regulamentação do padrão de eventos abertos ao público no pólo turístico: é extremamente recomendável não permitir grandes eventos musicais, feiras, rodeios, etc., de forma a evitar o aumento do fluxo de turistas mesocêntricos, que causam maior degradação às estâncias, conforme já discutido no item 4.3. O padrão mais recomendável de atrações culturais, de acordo com as características do pólo, são apresentações musicais de pequeno porte, envolvendo estilos regionais (música tropeira, viola caipira regional, por exemplo) ou mesmo ritmos brasileiros de outras regiões e até estrangeiros, contanto que possuam características tranquilas, tais como *bossa nova* e *jazz*, preferentemente apresentados em bares, restaurantes ou até nas ruas de forma espontânea, visando à diversão sem excessos voltada a pequenos grupos e em horários adequados. Com isso movimenta-se o centro comercial sem tirar as características bucólicas do mesmo.

Eventos culturais nas áreas de artes plásticas e artesanatos, lançamentos de livros, palestras, etc. são também bem vindos tanto nas praças, parques quanto nos bares, restaurantes, lojas, centros culturais e hotéis, por atrair público qualificado para participar deles, além deles promoverem artistas locais.

Os eventos esportivos, como caminhadas, passeios ciclísticos e cavalgadas – já bastante comuns em Purunã – poderão ter suas partidas e chegadas na área compreendida entre o novo centro comercial e o novo parque, colocando-os como ponto importante de integração dos eventos.

O novo Parque Público propiciará ampla programação infantil, ligada principalmente à temática do tropeirismo, com brincadeiras, jogos, contação de histórias, etc. baseados na cultura tropeira.

Um calendário cultural e esportivo anual com diversos eventos dos tipos exemplificados acima deverá ser estabelecido, garantindo um fluxo turístico constante em diversas épocas, com diversidade de público qualificado.

Complementando a modalidade de eventos, os três hotéis previstos para o novo centro disporão de salas para convenções e feiras, eventos que também movimentarão São Luiz do Purunã com o turismo de negócios e educacional. Será mais uma forma de atrair público qualificado para movimentar não só o centro, como todo o distrito. Este turismo de negócios costuma acompanhar vivências ambientais, como caminhadas, cavalgadas, etc.

Finalmente, o Portal de Entrada revitalizado será elemento importante de controle. Com um Posto de Atendimento ao Turista, a entrar em funcionamento neste local com previsão

de funcionamento nas 24 horas do dia, informações importantes sobre as atrações do pólo e também cuidados com o meio ambiente, normas gerais de conduta, etc. serão transmitidas verbalmente e/ou por meio de cartilha a ser entregue a todos que adentram a vila. Havendo auxílio da força pública, através de posto policial anexo, o portal também garantirá segurança, controle passivo de quem entra e sai do distrito, através de filmagem, contagem manual, etc., aumentando a segurança da população e dos turistas – ações que contribuem com a melhora da imagem de abandono que São Luiz do Purunã infelizmente possui.

O controle da preservação ambiental é fundamental também que seja feito em toda a região de forma rígida tanto pelos órgãos competentes de governo (ações de comando e controle), para que as Leis Ambientais sejam cumpridas, como também pela própria sociedade civil interessada na manutenção de seu meio ambiente preservado, de forma a garantir a manutenção de seu turismo o ano todo e, por conseguinte, sua renda. Este controle é obtido através das seguintes ações de incentivo à preservação (valorização dos ativos ambientais), podendo ser mais eficientes do que as ações de comando e controle:

- Incentivo às florestas particulares preservadas (Reservas Naturais do Patrimônio Natural), utilizando-se delas mesmas para o ecoturismo e outras atividades sustentáveis, com pagamento por sua utilização;
- Incentivos fiscais à cadeia produtiva da agricultura orgânica;
- Capacitação de fiscais do meio ambiente entre membros da própria sociedade, que auxiliarão os órgãos públicos a evitar, detectar e punir irregularidades;
- Controle da geração de poluentes diversos (sólidos, líquidos, gasosos, etc.) através de incentivo à reciclagem do lixo e biodegradação dos efluentes sólidos e líquidos (protegendo os cursos d'água), constituição de brigada de combate a incêndios, etc.



Figuras 29 e 30. Sugestões de tipo de pavimentação ecológica e paisagismo nas novas ruas
Fonte: *sítio* Water Sensitive Urban Design, acessado em outubro de 2011

6.3 Outros Programas Adicionais

A título de sugestão, seguem alguns programas que podem ser implantados em conjunto dentro do distrito de São Luiz do Purunã e até em conjunto com outros municípios. A implementação dos mesmos poderá ser feita de forma espontânea, pela Sociedade Civil via cooperativas ou ONGs, podendo gerar políticas públicas:

- Programa de Certificação da Lenha (“Lenha Legal”), visando a utilização de lenha proveniente somente de árvores plantadas e/ou manejadas sustentavelmente, poupando as matas nativas da região.
- Programa de Fixação de Carbono e Emissões Evitadas com Base na Conservação de florestas e áreas naturais, visando a produção de mudas de espécies nativas e o pagamento pelo plantio delas, bem como pela conservação de áreas com matas nativas, através de mecanismos como o REDD+ ou outros;
- Programa de Incentivo à cadeia produtiva do pinhão, visando preservar o pinheiro brasileiro (araucária), árvore que corre o risco de extinção. O fomento se dá através de agroindústria específica para beneficiar o pinhão, agregando valor ao mesmo. Pode-se também consorciar essa produção com o plantio da erva-mate orgânica nos bosques e até mesmo com a coleta da grimpa (galhos e folhas secos que caem) para produção de placas de madeira, sem o corte das árvores.

7. PREVISÃO DE INVESTIMENTOS

Um amplo programa como o descrito neste estudo necessita da articulação de diversos setores para que seja concretizado.

Em primeiro lugar, propõe-se a constituição de uma Associação com propósitos específicos, visando valorizar, preservar e ampliar o turismo em São Luiz do Purunã. Tratar-se-á de uma associação que represente e defenda a sociedade interessada na preservação e no progresso da região como um todo. Formada por moradores locais interessados, estudiosos, empresários da região, membros de ONGs ambientalistas regionais, artistas e até personalidades entusiastas de São Luiz, mesmo residindo em outras localidades, esta associação sem fins lucrativos teria por objetivo a captação dos recursos, sejam eles públicos ou privados, e sua aplicação; bem como o estabelecimento e fiscalização das regras de aplicação. A própria associação pode realizar algumas das obras, no entanto a maior parte delas serão de responsabilidade do Poder Público (no caso das obras viárias, de

infraestrutura, etc.) e da iniciativa privada (construção e operação dos empreendimentos comerciais, construção de residências, etc. – todos segundo as regras de ocupação e sustentabilidade previstas). Cabe a esta Associação fiscalizar o andamento das ações, cobrar que sejam executadas pelos entes públicos e privados. Importante mencionar que grande parte destas ações sugeridas funciona melhor na forma de convênios entre o Poder Público e a associação ou entre estes e empresas privadas; pois na maioria das vezes os recursos não estarão disponíveis nas mãos de apenas uma entidade, sendo necessário consorciá-las para a realização das obras.

No Quadro 1 é proposta uma setorização dos investimentos, com estimativa de custos, para alcançar os objetivos de melhoria em São Luiz do Purunã, aumentando o fluxo turístico e os ganhos em renda. A simulação baseia-se no modelo de ocupação exposto no item 6.2.

Importante ressaltar que o mercado pode estabelecer demandas diferentes destas, modificando número de unidades habitacionais e comerciais, por exemplo, bem como as respectivas áreas de cada uma e também prazos.

Quadro 1. Simulação de Investimentos. Fonte: autor

OBRAS PÚBLICAS EM GERAL	CUSTO ESTIMADO	FONTES DOS RECURSOS
INFRAESTRUTURA DOS NOVOS SETORES (Inclui redes de água, esgoto, drenagem, eletricidade e iluminação bem como pavimentação ecológica das novas vias e recuperação de parte das existentes). Base: “Avaliação de Glebas-Custo de Urbanização” (CONSTRUÇÃO MERCADO, Editora Pini, 2003).	R\$ 6.246.900,00	Associação Específica+Prefeitura Municipal de Balsa Nova+Governo do Estado do Paraná
NOVA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTOS PARA O DISTRITO (previsão para 5.500 habitantes, sendo 3.000 atuais mais 1.500 nos novos núcleos e previsão de expansão futura de 1.000 habitantes). Fonte: NASCIMENTO <i>et al</i> (2007)	R\$ 275.000,00	Associação Específica+Governo do Estado do Paraná
IMPLANTAÇÃO DO NOVO PARQUE EM VOLTA DO LAGO	R\$ 16.650.000,00	Associação Específica+Prefeitura Municipal de Balsa Nova
IMPLANTAÇÃO DE CENTRO EDUCACIONAL DE 2.000m ² (podendo ser expandido até 4.000m ² futuramente). Base: CUB Paraná set/2011 - SINDUSCON/PR	R\$ 1.994.000,00	Associação Específica+Prefeitura Municipal de Balsa Nova+Governo do Estado do Paraná

PLANO DE ARBORIZAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS	R\$ 65.065,00	Associação Específica+Prefeitura Municipal de Balsa Nova
--	---------------	--

OBRAS PARTICULARES	CUSTO ESTIMADO	FONTE DOS RECURSOS
CONSTRUÇÃO DOS EDIFÍCIOS MÚLTIPLO USO NO CENTRO PREDOMINANTEMENTE COMERCIAL. Base: CUB Paraná set/2011 - SINDUSCON/PR	R\$ 211.096.800,00	Investidores da Iniciativa Privada, sob regras da Associação e Prefeitura

MARKETING, IDENTIDADE VISUAL, SINALIZAÇÃO, ETC.	CUSTO ESTIMADO	FONTE DOS RECURSOS
PLANO DE DIVULGAÇÃO DO DISTRITO DE SÃO LUIZ DO PURUNÃ EM DIVERSAS MÍDIAS LOCAIS E REGIONAIS,VISANDO MELHORIA DA IMAGEM	R\$ 1.000.000,00	Associação Específica
PLANO DE COMUNICAÇÃO VISUAL TURÍSTICA NO DISTRITO	R\$ 100.000,00	Associação Específica

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PROFISSIONAL	CUSTO ESTIMADO	FONTE DOS RECURSOS
CAPACITAÇÃO DE CERCA DE 110 MULTIPLICADORES AMBIENTAIS (MONITORES E GUARDIÕES) DENTRE A POPULAÇÃO RESIDENTE	R\$ 22.000,00	Associação Específica+ONGs
CAPACITAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES LIGADAS À HOTELARIA E GASTRONOMIA (CERCA DE 150 ALUNOS INICIAIS)	R\$ 30.000,00	Associação Específica+SEBRAE
CAPACITAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS EM GERAL(CERCA DE 150 ALUNOS INICIAIS)	R\$ 22.500,00	Associação Específica+ONGs+SEBRAE

PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS	CUSTO ESTIMADO	FONTE DOS RECURSOS
PROGRAMA DE INCENTIVOS ÀS RPPNs	Variável	Associação Específica+Prefeitura Municipal de Balsa Nova+Governo do Estado do Paraná+Ministério do Meio Ambiente
PROGRAMA DE INCENTIVOS À AGRICULTURA ORGÂNICA	Variável	Associação Específica+Prefeitura Municipal de Balsa Nova+Governo do Estado do Paraná+Ministério do Meio Ambiente
SOMATÓRIO DE INVESTIMENTOS NOS PROGRAMAS		R\$ 237.502.265,00

7.1 Faturamento dos Empreendimentos Localizados nos Novos Setores (Predominantemente Comercial de Uso Múltiplo e Residencial de Baixa Densidade)

Conforme o *mix* de atividades proposto no programa, faz-se uma breve análise do impacto do novo centro comercial na economia do distrito de São Luiz do Purunã, supondo-se que todas as unidades comerciais e residenciais sejam comercializadas já no primeiro ano após sua implantação. Para chegar aos valores estimados de faturamento tanto dos hotéis quanto das lojas e restaurantes estipulou-se como sendo “alta temporada turística” um período compreendido por 90 dias (sendo 30 no inverno e 60 no verão) e a “baixa temporada” um conjunto de 96 dias igualmente distribuídos ao longo do ano.

7.1.1 Faturamento no Primeiro Ano

Faz-se uma estimativa de R\$ 214.479.768,00, a qual engloba: comercialização das 48 salas comerciais, das 50 lojas de pequeno porte, das 6 lojas de grande porte, dos 112 apartamentos, dos 35 lotes residenciais e das 20 clínicas de saúde; além do faturamento médio das 50 lojas de pequeno e grande porte, das hospedagens nos 3 hotéis, dos 6 restaurantes arrendados pelos hotéis e dos 20 consultórios.

As bases de cálculos estimadas foram:

- Faturamento/loja em alta temporada: R\$ 2.000 / dia
- Faturamento/loja em baixa temporada: R\$ 1.000 / dia
- Faturamento/hotel em alta temporada: R\$ 25.200 / dia
- Faturamento/hotel em baixa temporada: R\$ 12.600 / dia
- Faturamento/restaurante em alta temporada: R\$ 4.000 / dia
- Faturamento/restaurante em baixa temporada: R\$ 1.200 / dia
- Preço médio apartamento 200m² : R\$ 638.136,37
- Preço médio loja nas galerias comerciais (térreos) : R\$ 492.559,20
- Preço médio da sala comercial ou consultório : R\$ 362.175,88
- Preço médio de terreno residencial de alto padrão : 107.089,71

Obs.: Custos calculados com base no Custo Unitário da Construção (CUB) do Paraná (fonte: SINDUSCON/PR, 2010) e também do Guia da Construção (Editora Pini, 2010). Os faturamentos de lojas, restaurantes e hotéis basearam-se em índices médios pesquisados no mercado e também na

apostila sobre Administração de Hotéis do IBRASI - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Infraestrutura Sustentável.

7.1.2 Faturamento Médio nos Anos Seguintes

Estima-se em R\$ 34.951.800,00 por ano, englobando: faturamento médio das 50 lojas de pequeno e grande porte, dos 6 restaurantes arrendados pelos hotéis e dos 20 consultórios. Não foram consideradas as comercializações dos imóveis, feitas no ano anterior. Os preços estimados são os mesmos do item anterior.

7.1.3 Análise de “Pay Back”

Segundo TIMOFEICZYK (2011), embora seja apenas uma medida de liquidez, que pode levar à classificação incorreta por não considerar receitas após recuperação de capital nem mesmo a ordem econômica das receitas, serve-se dela para obter uma idéia aproximada do tempo de retorno do investimento.

Segundo este critério e mantidas as condições esperadas descritas no item 7.1, com um ano e cerca de sete meses após a implantação, o investimento no programa já teria se pagado, chegando ao montante de **R\$ 237.502.265,00** distribuído entre as diversas empresas instaladas na nova área do distrito.

Os outros critérios de análise de investimento (Análises de Valor Presente Líquido, Valor Anual Uniforme Equivalente, Taxa Interna de Retorno, Razão Benefício-Custo, dentre outras) não são pertinentes a presente análise, visto exigirem dados de cada um dos múltiplos novos negócios a serem estabelecidos. Além do mais, o fato de haver investimentos providos de diversas fontes dificulta a localização do retorno dos mesmos a cada ente econômico envolvido. Inclusive existem negócios que serão gerados e/ou incrementados em paralelo com os do centro comercial, fomentados por ele, mas não necessariamente localizados ali. Como exemplo destes inúmeros negócios mais distantes do centro podemos citar as atividades esportivas, as pousadas rurais distantes, a produção rural orgânica, o pagamento por florestas preservadas, etc. Todos serão beneficiados por uma melhor estrutura urbana central e por um aumento do público consumidor. O centro urbano será um pólo irradiador de atividades.

Como o presente trabalho possui um foco de análise mais nas questões urbanísticas e territoriais do que meramente econômicas, o critério de *pay back* mostra-se suficiente, no momento, para comprovar a viabilidade econômica e a vitalidade que a implantação do plano dentro desta área poderá proporcionar ao distrito. A economia, de qualquer forma, será

beneficiada pelas transformações urbanísticas.

Este resultado poderá até retornar em um período um pouco mais longo por diversos fatores, tais como prazos de obras, variações do mercado, políticas de vendas, dificuldades em contratações, etc. Daí a importância de uma boa divulgação do Distrito, junto com o gerenciamento de toda a implantação do projeto de forma ambientalmente sustentável, cuidando-se sempre das externalidades que ele possa causar.

8. FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O plano de melhorias no distrito de São Luiz do Purunã é passível de subsidiar a elaboração de políticas públicas que venham a consolidar seus efeitos benéficos na forma da Lei, contanto que existam garantias de que serão cobrados e fiscalizados pelo Poder Público. A ideia é que a sociedade organizada – através da supracitada associação de propósito específico ou outros meios de representatividade – enumere as demandas regulatórias de que o distrito necessita para seu crescimento sustentável, baseadas nos princípios técnicos, urbanísticos e ambientais sugeridos ao longo deste estudo. Afinal de contas, as políticas ambientais, assim como as demais, provêm das necessidades da sociedade, de acordo com a evolução da mesma frente aos problemas que vão afligindo-a. Baseado nisto, o Poder Público deve formular as políticas abrangendo toda sorte de conhecimentos, processos e técnicas referentes ao problema em questão, analisando-o, estabelecendo objetivos e metas, definindo os cursos da ação e, finalmente, implementando a política e monitorando-a, conforme explicam MERLO & PAVERI (1997) e NONIÉ (2004) citado por HOEFLICH et al. (2007, p. 33).

Devido ao fato do marco normativo ambiental e urbano na legislação do município de Balsa Nova para o Distrito de São Luiz do Purunã ainda ser um tanto vago, protegendo o distrito apenas em linhas gerais, conforme demonstrado no item 4.1.3, faz-se necessário aprimorá-lo.

A legislação ambiental brasileira - que embora seja dispersa em vários códigos, é uma das mais completas do mundo – baseou-se até hoje nos instrumentos de comando e controle, procurando mais a punição aos responsáveis por danos já causados ao meio ambiente. Estes instrumentos são, sem dúvida, importantes, mas ao longo do tempo mostraram-se insuficientes para uma preservação ambiental efetiva, por não repararem nem prevenirem os danos. Nem mesmo as punições previstas são aplicadas na maior parte dos casos, mas isto já

advém da morosidade de nossa justiça e a outros fatores problemáticos, endêmicos em nosso País e que não cabem aqui serem discutidos.

O que vem ao caso é a evolução desta forma de legislação de comando e controle, a qual se mostra na forma dos instrumentos econômicos (de mercado). Segundo MARGULIS (1996, p.6), estes instrumentos se baseiam nas forças do mercado e nas mudanças dos preços relativos para modificar o comportamento de poluidores e dos usuários de recursos tanto públicos quanto privados, de modo que passem a internalizar em suas decisões a consideração de aspectos ambientais de maneira socialmente desejável. Do tipo voluntário, tais instrumentos permitem a geração de receitas fiscais e tarifárias, diferenciam os custos de acordo com os agentes degradadores, permitindo diferentes incentivos para expandir ações de controle. Permitem, também, o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis, através dos incentivos fiscais em redução de impactos. São exemplos deles as tarifas, os subsídios, os certificados de emissões, as taxações maiores sobre produtos poluentes (visando à substituição dos mesmos), o reembolso na devolução de produtos poluidores, etc.

Por isso, o presente estudo pode e deve embasar legislações específicas que incorporem os instrumentos econômicos, como por exemplo:

8.1 Lei de Uso e Ocupação Sustentáveis do Solo Urbano de São Luiz do Purunã -

Normatiza as formas de ocupação constantes no item 6.2, que visam às construções sustentáveis, à baixa densidade no novo setor residencial (com ampla arborização) e à alta densidade no centro comercial de múltiplo uso, em troca da preservação das florestas existentes na área urbana, conferindo qualidade ambiental à mesma. Isenções fiscais podem ser concedidas aos cidadãos que construírem segundo preceitos ambientais e aos que preservarem o verde em seus imóveis. Os instrumentos de comando e controle, de qualquer forma, são imprescindíveis e estarão presentes na fiscalização do cumprimento dos percentuais de ocupação dos lotes, dos índices construtivos, das reservas florestais legais, etc.

8.2 Código Ambiental de São Luiz do Purunã

Integra questões sobre preservação florestal na área rural (regulamentação dos instrumentos econômicos de preservação, como Pagamento por Serviços Ambientais, incentivos fiscais às RPPNs, etc.), saneamento (obrigatoriedade do tratamento de resíduos sólidos e líquidos) para preservação dos recursos hídricos e, finalmente, um capítulo específico para os Negócios Ambientais, incentivando-os via isenção fiscal (instrumentos

econômicos novamente aplicados). A capacitação de mão-de-obra especializada e consciente ambientalmente também deve ser contemplada.

O treinamento de Agentes Ambientais será previsto em capítulo desta mesma Lei, de forma a envolver a sociedade na fiscalização, orientação e preservação ambiental em todos os segmentos (desmatamento evitado, proteção dos recursos hídricos e do solo, prevenção de incêndios, controle de agrotóxicos, etc.).

8.3 Código de Turismo Rural e Ambiental de São Luiz do Purunã

Integrado ao Código Ambiental, o Código de Turismo regulamenta a gestão dos parques e reservas florestais tanto públicos quanto particulares, no tocante ao seu uso racional (incluindo instrumentos econômicos, como pagamento pelo uso de reservas particulares, por exemplo), conservação, orientação ao turista, prevenção contra incêndios e contra contaminação por resíduos sólidos e líquidos, etc. Tal código envolverá também boas práticas para atendimento com qualidade ao turista via educação ambiental (treinamento de equipes), programas que inclusive estão contemplados no orçamento do projeto, como forma de ampliar emprego e renda da população local com as atividades turísticas.

Código de boas práticas de atendimento e preservação ambiental também são aplicáveis a todos os tipos de estabelecimentos que atendam os turistas (pousadas, hotéis, restaurantes, cafês, lojas, agências, organizadora de eventos esportivos e empresariais, clínicas, locadoras de veículos, transportadoras, etc.).

8.4 Governança

Após a elaboração e aprovação das leis é fundamental pensar na governança, que é quando deve vir a aplicação delas, acompanhando-se seus resultados nos diversos grupos atingidos, conforme SCHMITHÜSEN (2005) citado por HOEFLICH et al. (2007, p. 37 e 38). Sua necessidade é premente na política ambiental, pois segundo PAVERI *et al* (1997, p.209 e 210), a ausência de governança é a causa do fracasso de muitas políticas. No Brasil isto é, inclusive, bastante comum. Para garantir a governança, a união entre Sociedade Civil e Poder Público é fundamental. Isto inclui, no caso de São Luiz do Purunã, a associação de propósito específico proposta, que administrará e fiscalizará todas as fases do projeto, bem como a capacitação, dentre membros da população, dos agentes ambientais, os quais auxiliarão tanto na fiscalização da efetividade das ações e do cumprimento da Lei quanto nos instrumentos

econômicos de incentivo. Eles serão a “ponte” entre a população, a Associação e o Poder Público, aproximando-os, tornando-os parceiros, ao invés de inimigos. Um governo colaborativo é a melhor solução. Isso contribui ainda mais para a melhoria da imagem de São Luiz do Purunã perante os turistas, que enxergarão o distrito como um modelo de gestão ambiental e de preservação cultural e arquitetônica.

9. DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Resultados esperados e discussões

A seguir uma breve análise dos impactos e resultados das principais ações propostas ao longo deste trabalho:

9.1 Melhorar a infraestrutura local sem comprometer a preservação ambiental.

O tipo de ocupação proposto busca impactar minimamente as paisagens naturais da região de São Luiz do Purunã (campos gerais e floresta ombrófila mista). Ao situarmos as intervenções somente na área de estudo (área “urbana” de São Luiz do Purunã e adjacências, perfazendo 6.680.000 m²), o futuro Centro Urbano de Uso Múltiplo somado ao Setor Residencial de baixa densidade não somarão 5% desta área (4,94%). Se for inclusa neste cálculo a área reservada à expansão do setor residencial (ainda não objeto de intervenção), todas as novas ocupações não chegarão a 11% da área total de intervenção (10,93%). Se estas novas expansões forem consideradas no universo de todo o distrito de São Luiz do Purunã (o qual envolve praticamente metade do município de Balsa Nova, com muitas áreas de preservação permanente, florestas, cânions e serras em seu território) elas representarão 0,165% sem considerar a expansão futura e 0,365% se esta for somada. Trata-se de um impacto irrisório do ponto de vista de impermeabilização do solo (até pelo fato de ampla área verde ser exigência nas novas construções), não oferecendo os riscos de geração das ilhas de calor ou aumento das enchentes. Em toda a volta destas ínfimas expansões urbanas, são preservadas as matas que ali existem, fazendo com que vegetação e construções convivam de forma harmoniosa.

Em se falando no quesito arborização, esta será ampliada em todo o núcleo urbano do distrito. O novo Parque Público terá sua área verde ampliada em volta do lago existente (pois ali ainda existem muitas áreas de pasto) e todas as ruas ganharão incremento em sua cobertura

vegetal, por ainda existir uma carência de sombreamento nelas, conforme já especificado na análise do item 5.

Finalmente, mesmo com o aumento populacional, o projeto adicionará uma estação de tratamento de esgoto que atenderá não apenas aos novos moradores, mas a todos os moradores do distrito, com previsão de capacidade suficiente, inclusive, para aumento da demanda devido ao movimento turístico ou mesmo à futuras ampliações de moradias.

A redução nos resíduos sólidos também foi pensada, nos termos de fomentar cooperativas autônomas de coleta e separação de lixo reciclável, bem como sistemas de biodigestão do lixo orgânico, para que nenhum deles seja disposto indevidamente no meio ambiente.

9.2 Melhorar a forma da região ser reconhecida tanto por seus habitantes quanto pelos turistas, valorizando a cultura e o patrimônio locais.

Dentro da proposta apresentada neste estudo, todo e qualquer patrimônio cultural, artístico, arquitetônico e arqueológico – seja ele material ou imaterial – presente em São Luiz do Purunã tem a obrigação de ser preservado. Isso inclui, fortemente, as casas e igrejas antigas ainda em pé no distrito e objeto de abandono nos últimos anos, de forma a preservar tanto a arquitetura tropeira – proveniente dos primeiros colonizadores que pela região passaram até o século XIX – quanto a de imigrantes mais recentes e que deixaram, também, sua marca no local, como é o caso de algumas casas em estilo polonês ou italiano, feitas em madeira de araucária.

No caso do patrimônio imaterial, a cultura do tropeirismo - que inclui sua culinária, sua música, seu artesanato, suas cavalgadas – será ainda mais valorizada e objeto de novas atrações turísticas (como o Museu do Tropeiro e o novo Parque Público), calendário com intensa programação cultural (festas típicas, apresentações musicais e folclóricas, exposições), ampliação dos pontos de venda de objetos de artesanato regional, etc. Este resgate será feito em parceria com estudiosos do tropeirismo e antigos moradores, que ministrarão cursos e debates voltados à população, para que ela mesma sinta-se parte disso, resgatando suas próprias origens. A reabertura da Casa de Cultura (que inclui o Museu do Tropeiro) junto ao novo Parque Público é parte integrante e fundamental a este resgate cultural.

A própria valorização urbana, com a preservação do patrimônio aliada a novos empreendimentos de baixo impacto, trará uma grande melhora na imagem e na autoestima do cidadão purunense, que terá orgulho do local onde nasceu e onde mora.

A identidade cultural-arquitetônica estará atrelada, também, às belezas naturais da região, que são as florestas, as escarpas, as furnas, as cachoeiras, os campos gerais, dentre muitos outros atrativos. Todo este conjunto, quando bem trabalhado, tem grande poder de atração turística. O turista encontrando uma boa infraestrutura junto com as atrações preservadas irá retornar sempre.

9.3 Aumentar o fluxo turístico, gerando renda à população, mas sem esgotar a capacidade de absorção deste fluxo nem danificar o meio ambiente local.

Os dois tópicos anteriores cumprem bem o que é esperado neste objetivo, pois o baixo impacto das ações de expansão urbana em conjunto com amplas áreas de preservação florestal e até mesmo ampliação desta cobertura, controlarão, por si só, os danos ambientais futuros. O incentivo a um turismo de média e alta renda também, de característica não intrusiva e ordeira, aliado à ampla educação ambiental tanto de moradores quanto de quem chega também minimizarão impactos negativos. Os parques estarão bem equipados e vigiados pelos guardiões ambientais destacados dentre a própria sociedade e que também trabalharão como guias turísticos. É a política de quem conhece cuida. A população terá a sensação de que o meio ambiente preservado tem valor para eles: traz renda, traz turistas, etc. Isso estimula o cuidado com o meio ambiente, visando preservá-lo para as próximas gerações, para que haja renda sempre. A degradação ambiental significaria um suicídio econômico para os próprios moradores. Essa mentalidade precisa estar muito bem formada dentre a população.

9.4 Incentivar a preservação ambiental, via valoração dos ativos ambientais

Esta valoração se dará tanto no aumento do fluxo turístico que traz renda a toda a região e a toda a população, conforme descrito acima e também na forma indireta (incentivos fiscais, como abatimento de impostos para quem preserva florestas ou desenvolve negócios ambientalmente sustentáveis) e direta (pagamento por florestas preservadas, seja via ICMS Ecológico ou pagamento de entradas em reservas particulares por parte de turistas na prática de trilhas, caminhadas, vivências ecológicas, etc.). É a aplicação dos instrumentos econômicos dentro das políticas públicas.

A cadeia produtiva orgânica de frutas e hortaliças também é passível de redução de impostos, para que seus produtos ganhem mais mercado praticando preços acessíveis. Da mesma forma, o plantio árvores para produção de lenha para utilização em fornos e fogões da região deve ser incentivada, de forma a preservar as florestas nativas contra desmatamento.

9.5 Direcionar a possível expansão urbana em bases sustentáveis, evitando a especulação imobiliária, a ocupação de áreas de preservação, a saturação do local.

O projeto contempla áreas bastante definidas de expansão, sob regras rígidas de uso e ocupação máximos, dando um direcionamento imobiliário que evita novos parcelamentos em áreas florestais nativas, as quais serão, inclusive, travadas, tornando-se áreas de preservação permanentes de forma conjugada ao centro urbano, trazendo conforto ambiental ao mesmo. Eventuais expansões fora destas áreas serão cuidadosamente estudadas no futuro, sempre à luz das dimensões de desempenho urbano e sustentabilidade, buscando deixar o máximo possível da biodiversidade regional intocada. Estas medidas rigorosas visam, justamente, não saturar o local e não gerar especulação imobiliária, a qual gera preços irrealistas e estimula expansões sem controle, como ocorre em muitas estâncias turísticas brasileiras (que ficam cada vez mais caóticas).

9.6 Preservar os recursos hídricos

O projeto prevê um amplo saneamento ambiental da região, através de uma estação de tratamento de esgotos e ampla rede de coleta tanto de resíduos líquidos como sólidos – estes últimos destinados a cooperativas de reciclagem e compostagem. Onde não for possível realizar a coleta de esgotos diretamente para a estação principal de tratamento, como é o caso da área rural, biodigestores podem perfeitamente atender à demanda menor de esgoto local, protegendo os recursos hídricos.

Da mesma forma que a coleta e tratamento de esgotos poupa os cursos d'água da região de tornarem-se poluídos, a recuperação das matas ciliares protege suas margens e deve ser aplicada, em conjunto com o projeto principal.

A região dos Campos Gerais e da Escarpa Devoniana possui inúmeros afloramentos de águas na superfície das rochas (furnas), facilitando muito a contaminação dos lençóis freáticos. Por isso o cuidado com os recursos hídricos desta região deve ser grande. Até porque ela é cogitada para, futuramente, abastecer a Região Metropolitana de Curitiba, devido ao esgotamento de outras reservas mais próximas da Capital.

9.7 Expandir a educação ambiental para toda a população, tornando-a guardiã do meio ambiente.

Este é um dos itens mais importantes do estudo, a ser realizado por convênios entre escolas da região e organizações ambientalistas e até com o SEBRAE, capacitando cada vez

mais pessoas como fiscais ambientais para auxiliar o Poder Público na prevenção e/ou remediação dos problemas ambientais. Estes fiscais podem trabalhar como guardas-parque, nas brigadas de incêndio ou como guias turísticos. Fiscais voluntários, que exerçam outras funções, mas estejam sempre de olho no meio ambiente, também são bem vindos.

10.CONCLUSÃO

Este estudo não pretende resolver todos os problemas existentes em São Luiz do Purunã. Nem mesmo suas soluções se esgotam. Pelo contrário, é um projeto em construção. Suas propostas são adaptáveis, passíveis de gerar outras propostas ainda melhores ou complementares. Longe de querermos impor um modelo de desenvolvimento, nosso objetivo é propor uma discussão. E esta proposta envolve modelos, simulações. Neste quesito, o projeto demonstra as necessidades de mudanças sim no local. São mudanças de baixo impacto ambiental, porém grande impacto econômico. Não são fáceis nem rápidas de serem implantadas. Mas são possíveis, dentro da realidade local, dão a possibilidade de crescerem gradualmente junto à demanda, sem saturar o local.

Obviamente que nada disso terá efeito sem uma grande coordenação entre os diversos atores envolvidos (governos, organizações ambientalistas, empresários, associação de moradores, estudiosos, produtores rurais, artistas, etc.). Isto é fundamental e visa o bem comum da sociedade e do meio ambiente. Sem esta coordenação, acima de interesses individuais e políticos, não serão alcançados os resultados. Por isso a figura tão importante da associação de propósito específico como entidade coordenadora, integradora e fiscalizadora dos diversos projetos, de suas fases, etc. Além disso, esta entidade será a principal interlocutora entre a população – maior interessada nas melhorias – e os governos, organizações não governamentais, empresas, etc., os quais serão os investidores e executores das ações. Pode parecer uma estrutura caótica, mas se bem administrada não será. O Brasil está cansado de experiências em que ou se deixou toda a responsabilidade para o Estado ou para as empresas e as ações não se efetivaram, pois estiveram a serviço dos interesses de apenas uma parte. A congregação de interessados, então, é benéfica e democrática. Deve existir um ordenamento central e este ordenamento é o que foi sugerido neste estudo.

Todo o plano só terá perenidade se gerar regras sólidas a serem seguidas por todos, sempre. Daí a importância de gerar políticas públicas a partir dele. Estas, porém, só têm valor se efetivamente aplicadas e se sua aplicação for amplamente fiscalizada e validada. Apenas

uma sociedade bem informada e consciente da importância da preservação ambiental poderá cobrar. E o sistema de educação ambiental também é contemplado no projeto, visando esta formação dentro da sociedade.

É sabido que a preservação ambiental só será efetiva na medida em que beneficie a população. Seus detratores afirmam que a preservação causa fome e pobreza. Mas é o exatamente o contrário. A preservação é o único caminho para a sobrevivência da espécie humana. Portanto, nada melhor do que valorizar a preservação. Criar valor para os bens ambientais e a partir deles, este é o caminho. A criação de mercados ambientais ainda é embrionária, porém trata-se do futuro inexorável dos negócios. E São Luiz do Purunã pode ser um grande laboratório deste sistema, com a valorização das florestas para o desenvolvimento do ecoturismo, o incentivo à agricultura orgânica e aos negócios ambientais de uma maneira geral, dentro de um correto planejamento urbano não predatório. O sistema proposto possui incentivos provenientes do governo e da própria sociedade. A sociedade ganhando, ela vai interessar-se em proteger seu próprio patrimônio.

Desta forma, a discussão está aberta. O estudo e a experimentação de soluções em valorização cultural e preservação ambiental, através do turismo e do planejamento urbano como agregadores e fomentadores, são fundamentais à revitalização de São Luiz do Purunã e à transformação de sua imagem (que atualmente é erroneamente definida cidade fantasma). São Luiz deve ser vista como um local agradável, vibrante na medida certa, com uma cultura de vários séculos preservada e paisagens naturais deslumbrantes. Esta imagem está escondida. Bem trabalhada, ela aparecerá. E dará resultados.

São Luiz do Purunã sobreviveu aos séculos até agora, mantendo vivas grande parte de suas belezas naturais e culturais. Para sobreviver aos próximos séculos, precisa adotar a sustentabilidade. De forma inexorável. Longa vida a São Luiz do Purunã!

11. REFERÊNCIAS

- ABDOU, Moisés Ribeiro et al. **PAVIMENTO ECOLÓGICO: UMA OPÇÃO PARA A PAVIMENTAÇÃO DE VIAS DAS GRANDES CIDADES**. USP, São Paulo, sem data. Disponível em <http://www.sinaldetransito.com.br/artigos/pavimento_ecologico.pdf>. Acessado em outubro de 2011
- BENGOCHEA, A. **Valoración del uso recreativo de un espacio natural**. *Estudios de Economía Aplicada*, 2003. Disponível em <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/301/30121208.pdf>>. Acessado em outubro de 2011
- BROWN, Lester R. **Éco Économie**. Paris, França. Éditions du Seuil, 2003
- CABRAL, André Scharlach. **Ecoturismo, instituições e gestão do uso público em uma Unidade de Conservação: o Núcleo São Sebastião do Parque Estadual Serra do Mar**. ANPPAS, Indaiatuba, SP. 2004. Disponível em <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT15/andr%E9_scharlach_cabral.pdf>. Acessado em outubro de 2011
- FRANKE, Idésio Luis *et al* **Metodologia para planejamento, implantação e monitoramento de sistemas agroflorestais: um processo participativo**. EMBRAPA, 2000. Disponível em <<http://www.cpafac.embrapa.br/pdf/doc49.pdf>>. Acessado em outubro de 2011
- GAZONI, Jefferson L. et al **Valoração econômica do Parque Estadual de Itaúnas (ES)**. IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, 2006. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1238.pdf>. Acessado em outubro de 2011
- HOEFLICH, Vitor Afonso *et al*. **Política Florestal: Conceitos e Princípios para a sua Formulação e Implementação**. Embrapa Florestas. Colombo, PR. 2007
- IBRASI - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Infraestrutura Sustentável, **CURSO: Administração de Hotéis**. Ministério do Turismo, Governo Federal. Disponível em <http://www.ibrasi.com.br/apostilas/adm_de_hoteis.pdf>. Acessado em outubro de 2011
- JACOBI, Pedro **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 189-203, USP, 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>>. Acessado em outubro de 2011
- LEANDRO, José Augusto *Et al*. **Dicionário Histórico e Geográfico dos Campos Gerais**. Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG. Disponível em <<http://www.uepg.br/dicion/>>. Acessado em outubro de 2011
- LYNCH, Kevin **A Imagem da Cidade**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1960
- LYNCH, Kevin **Good city form**. Massachusetts Institute of Technology, USA, 1984
- MARGULIS, Sergio. **A Regulamentação Ambiental: Instrumentos e Implementação**.

DIPES/IPEA. Rio de Janeiro, 1996

MIGUEZ, Carlos Fernando et al **Tecnologias sociais para a gestão da água**. 2006

NASCIMENTO, Mônica de Souza Ferreira *et al.* **TRATAMENTO DE ESGOTO URBANO: COMPARAÇÃO DE CUSTOS E AVALIAÇÃO DE EFICIÊNCIA**. Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2007 . Disponível em <
<http://www.ucg.br/ucg/prope/cpgss/ArquivosUpload/36/file/Continua/TRATAMENTO%20DE%20ESGOTO%20URBANO%20-%20COMPARA%C3%87%C3%83O%20DE%20CUSTOS%20E%20AVALIA%C3%87%C3%83O%20DA%20EFICI%C3%84NCIA.pdf>>. Acessado em outubro de 2011

NUNES, Lúcia Helena Ciccarini. **Políticas Públicas de Desenvolvimento do Turismo: viabilização por meio do ICMS Ecológico**. ANPPAS, Indaiatuba, SP. 2004. Disponível em <
http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT15/ciccarini_nunes.pdf>. Acessado em outubro de 2011

PAVERI, Manuel et al. **Formación y ejecucion de políticas forestales:un enfoque sobre la combinación de herramientas de políticas**. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Pádova, Itália, sem data

PIEKARZ, Gil F. et al. Geoturismo e Geoconservação na Rota dos Tropeiros no Paraná. Instituto Geoturismo Brasil, 2005. Disponível em
<<http://www.geoturismobrasil.com/artigos/TROPEIRISMO.htm>>. Acessado em outubro de 2011

PRADO, Marta Virgínia Porto *et al* **Turismo sustentável e capacidade de carga dos atrativos turísticos no município de Canindé do São Francisco/SE: uma reflexão dos aspectos metodológicos**. ANPPAS-Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade , 2004. Disponível em
<http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT15/marta_virginia.pdf>. Acessado em outubro de 2011

RODRIGUES, Ricardo *et al* **Pacto pela restauração da mata atlântica**. LBC/ESALQ/USP, Piracicaba, SP, 2009

SABOYA, Renato. **Kevin Lynch e a imagem da cidade**. UFSC, 2008. Disponível em <
<http://urbanidades.arq.br/2008/03/kevin-lynch-e-a-imagem-da-cidade/>>. Acessado em outubro de 2011

SANTOS, Clézio **O Planejamento do espaço turístico na escala local**. Unisantos, 2008. Disponível em
<http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/images/artigos/Artigo3_JanFevMar08.pdf>. Acessado em outubro de 2011

SOLERA, Carlos *et al* **SINOPSE DO PROJETO TROPEIRO BRASIL** Universitat de Girona – UdG, Espanha, 2010. Disponível em <
<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=projeto%20tropeiro%20brasil&source=web&c>>

d=4&ved=0CDoQFjAD&url=http%3A%2F%2Fxa.yimg.com%2Fkq%2Fgroups%2F8740239%2F666299834%2Fname%2FSIT-%2BBIPOEMA%2B-%2BSINOPSE%2BDO%2BPROJETO%2BTROPEIRO%2BBRASIL%2BOUT-2011.doc&ei=z76xTqHlGYOrgwf2ldWdAQ&usg=AFQjCNFyzVhIqXJifq-fqiCmz81b8vx4sQ&cad=rja>. Acessado em outubro de 2011

TIMOFEICZYK, Romano Junior (2011) **Análise de Investimentos** – UFPR, Curitiba, 2011

Periódico COMUNICARE, número 193, ano 15. **São Luiz do Purunã**. PUCPR, Curitiba, Maio 2011, disponível em <<http://issuu.com/comunicare/docs/comunicareslp>>. Acessado em julho de 2011

Periódico CONSTRUÇÃO & NEGÓCIOS **Calçadas Ecológicas**, sem data. Disponível em <<http://www.revistaconstrucaoenegocios.com.br/materias.php?FhIdMateria=126>>. Acessado em outubro de 2011

Periódico **Guia da Construção**. Editora Pini, São Paulo, 2010. Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/42822614/Guia-da-Construcao-Edicao-105-2010-04>>. Acessado em outubro de 2011

Sítio na internet Ambiente Brasil. **Paraná já perdeu 80% das suas florestas originais**.

Curitiba, PR, 2003. Disponível em

<<http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2003/09/22/12144-parana-ja-perdeu-80-das-suas-florestas-originais.html>>. Acessado em outubro de 2011

Sítio na internet IPARDES-INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – **Paraná em Foco**. Curitiba, PR, 2011. Disponível em

<<http://www.ipardes.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=86>>. Acessado em outubro de 2011

Sítio na internet **OS ENCANTOS DE Balsa Nova**. Disponível em

<<http://www.encantosdebalsanova.com.br/>>. Acessado em outubro de 2011

Sítio na internet da concessionária de rodovias **CCR Rodonorte**, disponível em

<<http://www.rodonorte.com.br/imprensa/NoticiasInterna.aspx?idItem=882>>. Acessado em outubro de 2011

Sítio na internet **CAMINHO DAS TROPAS**. Disponível em

<http://www.caminhodastropas.com.br/?page_id=193>. Acessado em outubro de 2011

Sítio na internet sobre **Pirenópolis, Goiás**. Disponível em

<<http://www.pirenopolis.tur.br/inicial>>. Acessado em janeiro de 2012

Sítio na internet Sindicato da Indústria da Construção Civil no Paraná (SINDUSCON/PR) –

Tabelas de Custo Básico da Construção (CUB), disponíveis em <http://www.sinduscon-pr.com.br/principal/home/?sistema=conteudos|conteudo&id_conteudo=370>. Acessado em outubro de 2011

Sítio na internet **Estações Compactas de Tratamento de Esgoto/Efluentes-ETEC**. Empresa SNatural. Disponível em <<http://www.snatural.com.br/ETE-Estacao-Compacta-Tratamento-Efluentes-Esgotos.html>> . Acessado em outubro de 2011

Sítio na internet **WATER SENSITIVE URBAN DESIGN**. Melbourne, Australia. Disponível em <<http://wsud.melbournewater.com.au/>>. Acessado em outubro de 2011

Sítio na internet **GOOGLE MAPS**. Disponível em <<http://maps.google.com>>. Acessado em outubro de 2011

Código Florestal Brasileiro (Lei 4771/1965), disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4771.htm>. Acessado em outubro de 2011

Estatuto Estadual de Apoio à Conservação da Biodiversidade em Terras Privadas no Estado do Paraná. Decreto N.º 1529, de 02 de Outubro de 2007-Governo do Estado do Paraná. Disponível em <<http://celepar7cta.pr.gov.br/SEEG/sumulas.nsf/fcc19094358873db03256efc00601833/ad04396568bf9a748325736b0065cac6?OpenDocument>>. Acessado em outubro de 2011

Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm> . Acessado em outubro de 2011

Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei Nº 6.766/1979), disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6766.htm> . Acessado em outubro de 2011

Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo do Município de Balsa Nova (Lei Municipal nº 489 de 29 de outubro de 2007), disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/845928/lei-489-07-balsa-nova-0>>. Acessado em outubro de 2011

Plano Diretor do Município de Balsa Nova (Lei Municipal nº 483 de 29 de Novembro de 2007), disponível em <<http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/topsearch.pl>>. Acessado em outubro de 2011